



XVII LEGISLATURA

1.ª SESSÃO LEGISLATIVA (2025-2026)

REUNIÃO PLENÁRIA DE 29 DE JANEIRO DE 2026

Presidente: Ex.^{mo} Sr. [Marcos da Cunha e Lorena Perestrello de Vasconcellos](#)

Secretários: Ex.^{mos} Srs. [Francisco Maria Gonçalves Lopes Figueira](#)
[Susana Alexandra Lopes Correia](#)
[Maria Germana de Sousa Rocha](#)

SUMÁRIO

O Presidente ([Marcos Perestrello](#)) declarou aberta a sessão às 15 horas e 5 minutos.

Em declaração política, o Ministro dos Assuntos Parlamentares ([Carlos Abreu Amorim](#)) deixou uma nota de pesar, em nome do Governo, pelas vítimas da tempestade *Kristin*, tendo expressado votos de solidariedade e respeito às respetivas famílias e garantido uma resposta do Estado, tão

breve quanto possível, para repor a normalidade nas zonas afetadas. No fim, respondeu a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Eurico Brilhante Dias](#) (PS), [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP), [Mário Amorim Lopes](#) (IL), [Hugo Soares](#) (PSD), [Pedro Pinto](#) (CH), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP), [Filipe Sousa](#) (JPP), [Isabel Mendes Lopes](#) (L) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Vieira da Silva](#) (PS) criticou o atual Governo por não ter cumprido as promessas que fez de melhoria do Serviço Nacional de Saúde. Respondeu, depois, a pedidos de esclarecimento dos Deputados [Joana Cordeiro](#) (IL), [Marta Martins da Silva](#) (CH), [Fabian Figueiredo](#) (BE), [Isabel Mendes Lopes](#) (L), [Inês de Sousa Real](#) (PAN), [Paula Santos](#) (PCP) e [Francisco Sousa Vieira](#) (PSD).

Em declaração política, a Deputada [Mariana Leitão](#) (IL) considerou que o Governo não esteve à altura na reação aos estragos deixados pela passagem da depressão *Kristin* no País, devendo preparar-se melhor para, futuramente, minimizar o impacto destes fenómenos naturais. De seguida, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Miguel Matos](#) (PS), [Filipa Pinto](#) (L), [Ricardo Lopes Reis](#) (CH) e [Hugo Patrício Oliveira](#) (PSD).

Em declaração política, o Deputado [Jorge Pinto](#) (L) alertou para a necessidade de o País se preparar melhor para antecipar e reagir às consequências de fenómenos ambientais extremos. Seguidamente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bernardo Pessanha](#) (CH) e [Pedro Vaz](#) (PS).

Em declaração política, a Deputada [Paula Santos](#) (PCP) condenou a intenção do Governo de prorrogar o contrato de subconcessão das linhas urbanas da CP (Comboios de Portugal) por ser uma medida contrária ao interesse nacional e ao desenvolvimento do País e sublinhou o desinvestimento

no setor. Posteriormente, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Angélique Da Teresa](#) (IL), [Jorge Pinto](#) (L), [Paulo Moniz](#) (PSD), [Rui Cardoso](#) (CH), [José Carlos Barbosa](#) (PS) e [Fabian Figueiredo](#) (BE).

Em declaração política, o Deputado [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP) apelou à libertação de todos os presos políticos do regime de Nicolás Maduro e dirigiu uma palavra de solidariedade às famílias dos portugueses que se encontram nessa situação, tendo respondido aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [Bruno Ventura](#) (PSD), [Rui Rocha](#) (IL), [Rui Paulo Sousa](#) (CH), [João Torres](#) (PS) e [Patrícia Gonçalves](#) (L).

Em declaração política, o Deputado [Cristóvão Norte](#) (PSD) destacou medidas nas áreas da saúde e habitação desenvolvidas no Algarve. Depois, respondeu aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Paulo Graça](#) (CH), [Alfredo Maia](#) (PCP), [Luís Graça](#) (PS) e [Paulo Nuncio](#) (CDS-PP).

Em declaração política, o Deputado [Pedro Pessanha](#) (CH) falou sobre a importância do investimento na segurança nacional e europeia e o papel de Portugal na indústria da defesa. Respondeu, a seguir, aos pedidos de esclarecimento dos Deputados [João Pinho de Almeida](#) (CDS-PP), [Bruno Vitorino](#) (PSD) e [Frederico Francisco](#) (PS).

A Presidente ([Teresa Morais](#)) encerrou a sessão eram 18 horas e 42 minutos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Muito boa tarde, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, vamos dar início à nossa sessão.

Eram 15 horas e 5 minutos.

Peço aos Srs. Agentes da autoridade o favor de abrirem as galerias para que as pessoas possam assistir à sessão.

A ordem do dia de hoje consiste exclusivamente em declarações políticas. O Governo requereu, conforme é seu direito, a realização de uma declaração política e, por acordo de todos os partidos, essa declaração política não será excecionalmente a última, conforme determina o Regimento, mas sim a primeira, pelo que, assim que os Srs. Deputados criarem condições, eu darei a palavra ao Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares. Mas primeiro pedia aos Srs. Deputados que se sentassem e reduzissem o nível dos decibéis na Sala.

Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares** (Carlos Abreu Amorim): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Dirijo-me a esta Câmara num momento em que o nosso País enfrenta a passagem de uma tempestade com efeitos duros e extremados.

A natureza lembrou-nos o poder da sua força incontrolável e tantas vezes destrutiva. O gravíssimo evento climático a que se deu o nome de «ciclogénese explosiva», e que atravessou o nosso território, testou as nossas infraestruturas, a nossa capacidade de resposta e, sobretudo, a nossa resiliência enquanto sociedade e enquanto povo.

Infelizmente, o custo mais alto desta tempestade, aquele que tem natureza irreversível, foi pago com vidas humanas.

Em nome do Governo, quero deixar o mais profundo pesar pelas vítimas e transmitir às famílias enlutadas, aos seus amigos e a todos aqueles que estão a sofrer os votos de respeito e de solidariedade neste momento de dor em que, bem o sabemos, nenhuma palavra pode verdadeiramente servir de alívio.

Julgo interpretar o sentimento de todas as bancadas parlamentares ao afirmar que o nosso primeiro dever, enquanto representantes da Nação, é para com aqueles que vivem a perda incomensurável dos seus.

É também com esse respeito pelas vítimas que devemos afirmar que esta tragédia não pode ser tratada com ligeireza nem com precipitação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Exige verdade, exige rigor, exige uma resposta à altura da complexidade do fenómeno que enfrentamos e do que ainda poderemos vir a enfrentar nos próximos dias.

Desde a primeira hora, o Governo acompanhou permanentemente a situação, os desenvolvimentos, o impacto e a resposta à tempestade. É imperativo afirmar desde já que o sistema de proteção civil funcionou, antecipando-se aos riscos e minimizando as consequências que não eram inevitáveis.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O Governo, uma vez mais, deixa uma palavra de reconhecimento público às forças de socorro, de proteção civil, aos bombeiros, às forças de segurança e aos autarcas. A prontidão com que todas as ocorrências foram enfrentadas demonstra a maturidade do nosso sistema de proteção civil,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... a coordenação institucional e, acima de tudo, a união do País nos momentos mais adversos — e os exemplos não têm faltado no meio das agruras que temos sofrido nas últimas horas.

Contudo, o perigo não passou. A partir da Casa da democracia, o Governo renova o apelo ao País para que todos mantenham a prudência, sigam as orientações das autoridades e evitem a circulação em zonas mais afetadas.

O foco do Governo é agora a reposição da normalidade, em especial no fornecimento de energia elétrica, nas vias de comunicação, nos meios de transporte.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Geradores é que não há!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Temos plena consciência das dificuldades que milhares de portugueses ainda enfrentam, sobretudo na região centro litoral, com centenas de milhares de pessoas ainda afetadas por cortes de energia.

O Sr. Primeiro-Ministro e outros membros do Governo estão hoje nas zonas mais afetadas, num sinal claro e inequívoco para o País. Estaremos e continuaremos a estar no terreno a avaliar os danos, a agilizar as intervenções necessárias e a ouvir todos os portugueses que mais precisam do Governo a seu lado.

Foi declarada a situação de calamidade nas zonas afetadas, de forma a agilizar todas as respostas necessárias, desbloquear meios adicionais e acelerar a recuperação.

Relativamente aos apoios e à reconstrução, somos muito claros: o Governo não deixará de dar as respostas exigidas e necessárias. Por isso, importa afirmar três prioridades essenciais: o apoio imediato às vítimas, o apoio às autarquias e aos serviços que estão no terreno e uma avaliação rigorosa e transparente de tudo o que aconteceu.

O Governo não se limita a acompanhar os acontecimentos. Assume a responsabilidade de agir, de mobilizar os meios necessários e de garantir que as famílias, as empresas, as autarquias e os serviços públicos, os serviços sociais, têm o apoio de que precisam para recuperar com dignidade e segurança.

Cada decisão visa repor a normalidade rapidamente, sem deixar ninguém para trás. Onde for necessário ir mais longe, o Governo assim o fará.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Estado responderá a esta calamidade com seriedade, sentido de dever e respeito absoluto pelas vítimas e pelas populações afetadas. Mesmo quando o extremar da situação ultrapassa as previsões de todos, os portugueses podem confiar no Estado, na sua eficiência e na sua capacidade de resposta.

É esse compromisso que hoje deixamos de forma clara neste Parlamento, e é por ele que assumimos, desde já, a responsabilidade e o compromisso de que estaremos ao lado dos portugueses neste momento tão difícil.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa está só a recolher as últimas inscrições.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Fabian, é a Mariana Mortágua que fala?!

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Mesa recebeu 10 pedidos de esclarecimento ao Governo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Coisa rara! Ninguém esperava isto!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Ministro informou a Mesa que dividirá as respostas em três grupos. Cada pedido de esclarecimento tem 2 minutos.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, do Partido Socialista.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, a primeira coisa que gostaria de dizer ao Sr. Ministro é que, para o conjunto dos portugueses, neste momento tão difícil, é mesmo

preciso, é mesmo necessário a solidariedade institucional para afrontar um momento tão dramático como algumas populações estão a viver.

Mas, Sr. Ministro, não pense que vem aqui passar um pano por aquilo que aconteceu nas últimas 24 horas...

Vozes do PSD: — Oh!...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande lata!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — ... e, de alguma forma, querer passar o pano pela inação e falta de planeamento da proteção civil.

Aplausos do PS.

Deixem-me dizer o seguinte: hoje é claro, o Sr. Ministro vem aqui...

Protestos do PSD.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Que vergonha!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó Srs. Deputados...

Protestos do PSD e de Deputados do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, vamos deixar os Deputados intervir. Todos os grupos parlamentares terão ocasião de colocar as suas questões. Aguarde um bocadinho, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Aproveitamento político!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, vamos acalmar um pouco. Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Ministro, uma das funções primeiras do Governo é comunicar com a população nestas circunstâncias. Desde ontem, o silêncio do Governo e, em particular, da Sr.^a Ministra da Administração Interna, que não aparece — tal como não apareceu em agosto, nos incêndios —, é flagrante.

Protestos do PSD e de Deputados do CH.

A população esteve ontem, em vários distritos, mas falo, em particular, do distrito Leiria, em grandes dificuldades.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — E, mais uma vez, os autarcas, a proteção civil local, a tentarem apoiar, e, em muitas circunstâncias, a única coisa que a população teve foi uma declaração do Primeiro-Ministro a dizer que avaliaria mais tarde e ponderaria sobre o estado de calamidade.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Claro! É responsável!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tomou a decisão, e é uma decisão adequada.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Ah!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Mas, mais uma vez, o Governo, tal como no apagão, tal como nos incêndios, primeiro tenta perceber se passa a onda e depois vem aqui tentar passar um pano por 24 horas de silêncio.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD e do CH.

Deixe-me dizer-lhe: terá toda a solidariedade institucional do Partido Socialista, junto das populações, mas não passaremos um pano pelo silêncio e pelo desaparecimento de uma ministra que não existe sempre que há um problema.

Aplausos do PS.

Vozes do CH: — Que vergonha!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Sr. Ministro, diga-nos, a Assembleia da República estará seguramente disponível, o PS está disponível. Primeiro as pessoas e depois este espetáculo que estamos a fazer na...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PS.

Protestos de Deputados do PSD e do CH e contraprotestos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem agora a palavra o Sr. Deputado Paulo Nuncio, do CDS.

Continuação de protestos de Deputados do PSD e do CH e de contraprotestos do PS.

Srs. Deputados, vamos criar condições para o Sr. Deputado Paulo Nuncio formular o seu pedido de esclarecimento.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos e contraprotestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Srs. Deputados, vamos criar condições para o Sr. Deputado Paulo Nuncio fazer a sua intervenção.
Sr. Deputado, faça favor.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, em primeiro lugar, e em nome do Grupo Parlamentar do CDS, apresento o nosso pesar pelas mortes ocorridas e apresento as nossas condolências a todas as famílias enlutadas. O País está convosco neste momento muito difícil.

A minha segunda palavra é de solidariedade e de proximidade com todas aquelas pessoas que, neste momento, lutam para restabelecer a normalidade da sua vida, quer face a perdas materiais, quer face a dificuldades de mobilidade, de comunicação e de acesso à energia que estão neste momento a enfrentar.

A minha terceira palavra é de um enorme reconhecimento a todos os agentes da proteção civil que estão neste momento a apoiar as pessoas e famílias em dificuldades, mas também às nossas forças de segurança e às nossas Forças Armadas que, uma vez mais, mostraram prontidão e capacidade de apoiar nas missões civis.

Quero ainda salientar a resposta de todos os responsáveis políticos, independentemente da sua cor política, que tiveram a hombridade de priorizar a resposta e a proximidade às populações em detrimento do aproveitamento político-partidário da tragédia e do desastre.

Aplausos do PSD.

E não posso deixar de condenar a leviandade e a ligeireza com que o líder parlamentar do PS hoje tentou aproveitar a tragédia, a morte e a perda de muitos portugueses para atacar o Governo.

Protestos do PS.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — É uma vergonha aquilo que os senhores fizeram hoje, é uma autêntica vergonha, e não respeita nem honra a nossa democracia!

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

Sr. Ministro, o Governo já anunciou que vai, e bem, apresentar uma declaração de calamidade. Nesse sentido, nos termos do artigo 21.º da Lei de Bases da Proteção Civil,...

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

... a declaração de calamidade pode estabelecer um conjunto de condições excecionais. Nesse sentido, pergunto-lhe se estão previstas essas condições excecionais e quais são os impactos que terão na vida das pessoas afetadas.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, da Iniciativa Liberal.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, nós não estamos aqui hoje a fazer qualquer número ou a tentar fazer qualquer aproveitamento político. Nós estamos a fazer um ato de responsabilização política, porque os portugueses votaram em nós para garantir que o Estado funciona e os acode quando mais precisam. E, neste momento, eles precisam mesmo.

A verdade é que os portugueses não falharam. Neste momento de tragédia em que nós, uma vez mais, nos solidarizamos com as famílias que estão de luto, os portugueses não falharam, como não falharam os homens e as mulheres da proteção civil, que deixaram as suas famílias para ir cuidar das famílias dos outros; como não falharam os bombeiros; como não falhou o pessoal das autarquias; como não falharam as forças de segurança. Estavam lá, no momento decisivo, a cuidar dos outros. E a sociedade civil também se mobilizou. Temos, neste momento, até supermercados a disponibilizar abrigo, a disponibilizar micro-ondas e refeições do dia para cuidar das pessoas.

Mas algo falhou, Sr. Ministro, e nós temos o dever de o dizer com toda a frontalidade. Um Governo não pode impedir uma intempérie, sabemos bem disso, mas tem de assegurar que o Estado responde com firmeza, com determinação, com celeridade.

E o que é que observamos uma vez mais? O SIRESP (Sistema Integrado de Redes de Emergência e Segurança de Portugal) falhou, o SIRESP que, desde 2019, é gerido pelo Estado, que há dois anos que não tem um presidente do Conselho de Administração, falhou.

Protestos do Deputado do PS José Carlos Barbosa.

Falhou o básico na resposta às pessoas, quando mais precisam, que é a comunicação. Falhou uma vez mais. Falhou também com as autarquias. Temos testemunhos de autarquias que foram diretamente afetadas

por este flagelo, nomeadamente a Câmara Municipal da Figueira da Foz, que diz que não teve qualquer contacto do Governo da República. E isto não é, não é, aceitável!

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

São estas pessoas que estão na frente da resolução destes problemas, não podem ficar em silêncio. Portanto, aquilo que pedimos, mais, aquilo que exigimos, é determinação, rapidez a auxiliar as pessoas.

Aplausos da IL e de Deputados do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, agradeço todas as perguntas que foram feitas e todas as declarações políticas que, à boleia das perguntas, também aconteceram.

Quero dizer, designadamente ao Sr. Líder Parlamentar do Partido Socialista, o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias, que o Governo esteve na prevenção destes acontecimentos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Onde?!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — As entidades da proteção civil emitiram diversos avisos e os mais gravosos que podem existir, em relação a esta matéria.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Para as pessoas!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — E em relação àquilo que V. Ex.^a quis aqui, de alguma forma, salientar, focalizando a questão num membro do Governo, o Governo deslocou-se à Autoridade Nacional de Emergência e Proteção Civil e, nomeadamente, através da figura do Primeiro-Ministro.

Como o Sr. Deputado sabe, quando Sr. Primeiro-Ministro está, não vale a pena outros membros do Governo falarem.

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ó meu caro amigo!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Portanto, há liderança neste Governo, houve uma resposta política com liderança,...

Protestos do PS.

... e essa liderança fez com que a máquina do Estado pudesse atuar naquele que é o nosso principal foco, e o nosso principal foco é repor a normalidade.

Obviamente, não vamos dizer que tudo correu às mil maravilhas,...

Vozes do PS: — Ah!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... independentemente de o fenómeno ter tido alguns aspetos extremados que, de facto, e temos de o reconhecer, não eram previsíveis. Mas devo dizer, Sr. Deputado, que há uma contradição insanável na sua análise e na sua intervenção política, que é a de apelar à responsabilidade e ao compromisso e depois, de forma lamentável,...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... usar esta tragédia num momento que é de dor, de solidariedade, na sociedade portuguesa, para fazer um aproveitamento político que é lamentável, Sr. Deputado, é lamentável.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

Devo dizer-lhe que não esperava isso nem de si, nem de um partido com as responsabilidades do Partido Socialista, ao contrário de outros protagonistas políticos, das mais variadas áreas políticas e, sobretudo, da sociedade civil, que têm estado à altura destes acontecimentos.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — É lamentável!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Devo dizer que, para além do exemplo que foi aqui dado pelo Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, aquilo que podemos reconhecer na sociedade civil é um exemplo transversal de solidariedade.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Desde pequenos comerciantes, até instituições de solidariedade social, até associações cooperativas,...

Protestos do Deputado do PS Luís Moreira Testa.

... têm vindo ter com o Governo, oferecendo os seus préstimos para aquilo que for necessário.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Tem de tirar as suas conclusões!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Ainda agora, antes de vir para aqui, antes de entrar aqui no Plenário, o Sr. Bastonário da Ordem dos Advogados me telefonou...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — E vai daí...!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — ... e disse que a Ordem estava à disposição das populações das zonas afetadas para, de forma gratuita, prestar auxílio jurídico.

São estes exemplos que devemos relevar, são estes exemplos da sociedade portuguesa que devemos sublinhar, e não exatamente tentar fazer chicana política a partir da desgraça de todos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — E o Deputado Paulo Núncio, ficou sem resposta?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias pede a palavra para que efeito?

Pausa.

Protestos de Deputados do CH e da IL.

Srs. Deputados, vamos ver para que quer o Sr. Deputado a palavra.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Para uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não me parece que exista razão para isso.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Para distribuir um documento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para quê?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vai ter de pedir outra razão para invocar a palavra, porque não houve nenhum momento na condução dos trabalhos que o justifique.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Para distribuição de um documento, acabei de o dizer.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Quer distribuir um documento?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Certo.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então faça favor de dizer qual é o documento.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Farei chegar à Mesa uma informação do Sr. Presidente da Câmara da Figueira da Foz que diz: «O silêncio é um gesto».

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Hugo Soares, tem a palavra para uma pergunta ao Governo.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, em primeiro lugar queria, evidentemente, juntar-me, como já ontem tivemos ocasião, e nunca é demais, e deixar esta palavra de condolências às famílias das vítimas e uma palavra de solidariedade para todos os nossos concidadãos que hoje tentam, e nos próximos dias tentarão, recuperar a normalidade das suas vidas, pessoas que perderam as suas casas, os seus bens, empresas que viram as suas unidades de produção sem condições para poder trabalhar e que estão, de facto, a passar muitas dificuldades.

Queria cumprimentar, V. Ex.^a, Sr. Ministro, porque não é habitual termos uma declaração política do Governo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... e creio que a ocasião o justifica. Isso enobrece as instituições e mostra respeito pela população portuguesa,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... mas queria ser muito franco e leal, não lhe vou deixar nenhuma pergunta.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Combinei com o Deputado Hugo Oliveira, Deputado eleito pelo distrito de Leiria, das Caldas da Rainha, que seria ser ele a fazer esta intervenção, mas confesso que, depois de ouvir o Deputado Eurico Brilhante Dias, não consegui resistir em dizer-lhe o seguinte.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Ah, o problema sou eu! Oh!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado tem tomado a palavra sobre este assunto...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Está a fugir às responsabilidades!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... para ver se consegue falar para aquele distrito que o pôs a mais de 20 pontos de distância nas últimas eleições, onde o senhor foi cabeça de lista,...

Aplausos do PSD.

Protestos do PS.

... para ver se consegue agora, na tragédia, na desgraça, cavalgar alguns pontos políticos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — É mesmo isso, fugir às responsabilidades!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pois, eu quero dizer-lhe que olhei para o seu Secretário-Geral,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Só 1 minuto.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... que quase corou de vergonha alheia. O Sr. Secretário-Geral do Partido Socialista foi Ministro da Administração Interna.

Vozes do PSD: — É verdade!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Mas está a fazer uma declaração política?!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Pergunte ao Sr. Ministro da Administração Interna José Luís Carneiro quantas vezes tomou a palavra com o Primeiro-Ministro ao lado dele? Zero!

Aplausos do PSD.

Protestos do Deputado do PS Eurico Brilhante Dias.

E eu vou dizer-lhe porquê. O senhor aproveitou a oportunidade para tentar atacar a Sr.^a Ministra da Administração Interna porque o senhor está distraído. A Sr.^a Ministra da Administração Interna esteve ontem no terreno,...

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Desapareceu! Desapareceu!

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — ... ao lado do Primeiro-Ministro, e quem responde pela autoridade do Estado...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Governo incompetente! Está a fugir!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Pedro Pinto, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Ministro, Sr.^{as} e Srs. Deputados, começa mal este debate, este ponto, quando ouvimos o líder parlamentar do Partido Socialista, eleito pelo distrito de Leiria, a dizer aquilo que disse a esta Casa.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Tem memória curta, Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Em 2017, quando foram os incêndios de Pedrógão, no distrito de Leiria, onde é que andou o Partido Socialista?

Aplausos do CH.

Protestos do PS.

António Costa estava de férias! António Costa estava de férias e não apoiou aquelas populações. O Partido Socialista é cúmplice de tudo o que tem acontecido na proteção civil em Portugal.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E nos negócios dos incêndios, onde é que estavam?! À espera que ardesse primeiro?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Partido Socialista tem o povo entranhado na proteção civil em Portugal. Os senhores são o rosto do povo, de tudo o que tem acontecido.

Mas, Sr. Ministro, permita-me que lhe diga o seguinte: para nós, o principal foco são as pessoas. Para além de resolver os problemas das pessoas que viveram, infelizmente, esta tragédia nos últimos dois dias...

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Sr. Deputado, percebo que esteja incomodado com isto, mas tem de ter calma, o PS tem de ter calma. É que o PS é o cúmplice, é o grande cúmplice, é o grande culpado de tudo o que tem acontecido em Portugal a nível de tragédias e de proteção civil. Os senhores são o rosto da culpa.

Aplausos do CH.

O Sr. Ministro disse «para nós, o principal foco são as pessoas», mas o Sr. Ministro disse uma coisa, para mim, mais grave. Disse que não era previsível, e aí nós não estamos de acordo. E não estamos de acordo porque o IPMA (Instituto Português do Mar e da Atmosfera) emitiu alertas, porque toda a gente emitiu alertas.

Aliás, o Sr. Ministro disse que era uma tempestade explosiva e catastrófica, ou seja, sabíamos o que é que poderia acontecer no nosso País. E qual foi a prevenção que tivemos? Nada, foi deixar andar.

Protestos do PSD.

Foram as televisões em direto durante a madrugada, foi a Proteção Civil a dizer «estamos aqui, estamos todos no terreno», foram, inclusive, alguns planos municipais de proteção civil, que não estavam ativados antes da tragédia, e foram ativados no dia seguinte à tragédia.

Nós tínhamos era de prever o que ia acontecer, e foi isso que não fizemos, foi nisso que falhámos. E falhou o Estado, falhámos todos nós. Falhámos nós, Deputados, falharam todos os intervenientes políticos. Se estas pessoas hoje ainda não têm luz, não têm telecomunicações, a culpa é nossa.

O SIRESP voltou a falhar, o SIRESP falhou como falhou no tempo de António Costa e do Governo do Partido Socialista. Era isto que este Governo tinha de resolver, foi isto que este Governo não resolveu.

Aplausos do CH e do Deputado do PSD Hugo Soares.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Também para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados,...

Pausa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estivesses cá ontem! Chegaste atrasada!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, deixem lá a Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real fazer a o seu pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — ... Sr. Ministro, o PAN começa, desde já, por expressar a sua solidariedade e o seu pesar relativamente às vidas que se perderam, mas também a todas as pessoas que estão no território e a todos os operacionais que estão, neste momento, a ajudar as populações.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Se estivesses cá ontem logo no início, tinhas dito isso!

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — No que diz respeito aos esclarecimentos, parece-nos que o fenómeno climático de que falou, e que é um fenómeno grave, como é evidente, não deve expressar-se até estas bancadas. Acho que os portugueses querem clareza do Parlamento, querem clareza do Governo, não querem que venhamos para aqui com uma atitude para ver quem é que lá fora depois sai com o som mais alto.

Por isso mesmo, gostaria de lhe deixar duas questões muito concretas. Por um lado, o que é que na declaração de calamidade vai estar abrangido, se vão estar os vários fenómenos, quer na tempestade *Ingrid*, quer na tempestade *Kristin*, e também nas cheias.

Por outro lado, pergunto que áreas e setores vão estar abrangidos, para além dos que já mencionou — das pessoas, da perda de casa, da perda de bens —, e se também as associações de proteção animal vão estar integradas, porque temos já relatos de muitas associações que ficaram com os abrigos inteiramente destruídos.

Ainda, por outro lado, no que diz respeito à proteção laboral — não é a primeira vez que o PAN fala sobre isto —, voltamos a referir a necessidade de termos a emergência climática a ser considerada na proteção dos trabalhadores. Não faz sentido que tenhamos perdido uma pessoa, em Vila Franca, porque tinha de ir trabalhar e acabou por ser vítima desta intempérie.

O código laboral não prevê a justificação da falta nestes casos e, por isso mesmo, pergunto se o Governo está disponível para visitar o Código do Trabalho, adaptá-lo à realidade que o nosso País e o mundo enfrentam, que é a emergência climática. Amanhã teremos esse debate sobre a Lei de Bases do Clima e sabemos que há algumas bancadas que querem, de alguma forma, derogar.

Tendo em conta a realidade difícil que enfrentamos hoje, é preciso clarificar a legislação, por um lado, no que diz respeito ao Decreto-Lei n.º 98-A/2025, que prevê apoios permanentes para os incêndios, mas não prevê para os fenómenos climáticos extremos, e, por outro, o código laboral.

Por isso, Sr. Ministro, tendo respeito pelas vítimas, acima de tudo, pelos operacionais que estão no País, acho que aquilo que pedem lá fora é que hoje saíamos todos daqui mais informados do que entrámos no início deste Plenário.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra para responder.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, quero dizer, designadamente ao Sr. Deputado Pedro Pinto, que houve previsibilidade. Portanto, não há dúvida nenhuma de que a Proteção Civil não só emitiu os avisos como, juntamente com todo o sistema das autarquias locais, das CIM (comunidades intermunicipais), das CCDR (comissões de coordenação e desenvolvimento regional), se tomaram medidas como, por exemplo, o encerramento das escolas, a limitação de tráfego em determinadas zonas.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — As escolas, foi só de manhã!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Agora, o que não era previsível, e foi isso que tentei expressar na comunicação que fiz ali em nome do Governo, era exatamente o extremar de alguns efeitos.

Esta ciclogénese explosiva não era previsível em todas as suas dimensões.

Mas obviamente que não é possível afirmar, e eu queria dizer isto aqui nesta Câmara, que o sistema de proteção civil falhou. Não detetámos nenhuma falha sistémica. Pode ter havido uma ou outra fraqueza do sistema, não vamos negá-lo. Agora, o sistema não falhou enquanto tal. É esta a ideia que nós temos.

A nossa prioridade agora é a continuação das operações que levam à reposição da normalidade, a avaliação detalhada de todos os impactos no terreno e a decisão sobre as eventuais medidas adicionais de apoio à recuperação.

Respondendo à Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, nós não vamos discutir aqui, digamos assim, a factualidade das alterações climáticas. Hoje em dia, discutir a existência ou a inexistência das alterações climáticas está ao nível daquelas crenças que dizem que de alguma forma a Terra será plana e não redonda. Portanto, era isso que eu lhe queria dizer.

Obviamente que tudo isso tem impactos a médio e a longo prazo e, se calhar, já estamos a sentir alguns no presente. Não podemos adiantar uma opinião sobre as causas da verificação sucessiva deste tipo de fenómenos climáticos extremos, mas eles existem e o Estado está aqui para os salientar e para lhes dar a resposta que eles merecem.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Não tenho dúvidas de que esta Câmara, de que todos os protagonistas políticos, inclusivamente em plena campanha eleitoral, estarão à altura das suas responsabilidades. Eu estou perfeitamente convencido de que o Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias já está arrependido daquilo que disse aqui.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Oh...!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — O arrependimento é uma virtude e é uma capacidade que deve ser sempre, sempre louvada.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Acredito que está. Tenho muita esperança não apenas na redenção como também na capacidade de arrependimento do Sr. Deputado.

Neste momento, o que é preciso é dar uma mensagem de confiança. O Estado está à altura destes desafios. As respostas estão a ser delineadas, vão ser tomadas com critérios racionais e com a agilidade que a situação merece.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, se é devida a solidariedade com as vítimas, com as populações afetadas, com todos aqueles que estão no terreno — as forças de segurança, os agentes da proteção civil, os bombeiros, os trabalhadores, é certo, e o PCP já teve oportunidade de o expressar —, são também devidas respostas do Governo para enfrentar os danos e os prejuízos que estas intempéries causaram.

Aquilo que o Sr. Ministro vem hoje aqui dizer na Assembleia da República é que essas respostas serão para as calendas gregas. Na prática, não afirmou aqui concretamente quais é que são os apoios específicos para, de facto, acudir às populações que foram afetadas por estas intempéries.

Esta é a questão que eu queria colocar-lhe aqui hoje, porque é preciso um levantamento rápido e urgente dos danos e dos prejuízos: o que é que o Governo já está a fazer? Tem de assumir as suas responsabilidades relativamente a esta matéria, porque, se foi declarado, nas zonas afetadas, o estado de calamidade, isto exige uma ação coordenada, rápida e eficaz por parte do Governo que garanta os apoios e as respostas que são necessárias.

Continuam centenas de milhares de pessoas sem eletricidade, sem comunicações. Foram afetadas atividades económicas, na indústria, no comércio, atividades agrícolas. O que é que este Governo vai fazer para restabelecer a capacidade produtiva? Foram milhares as famílias afetadas, nomeadamente nas suas habitações, as quais ficaram danificadas. O que é que o Governo vai fazer para apoiar essas famílias que ficaram com as suas habitações danificadas?

Sr. Ministro, o que se esperava que fizesse hoje aqui não era que empurrasse os apoios para as calendas gregas, mas que dissesse concretamente qual é o plano. Qual é a ação por parte do Governo? Quais são os apoios que vão ser assegurados às pessoas que ficaram afetadas com estas intempéries?

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Filipe Sousa, do JPP.

O Sr. **Filipe Sousa** (JPP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, as tempestades dos últimos dias, para além das perdas humanas que provocaram, que todos nós lamentamos e pelas quais apresentamos as devidas condolências, causaram também prejuízos muito significativos na nossa agricultura, com explorações afetadas, estufas destruídas, sistemas de rega danificados e perdas de produção que colocam, em muitos casos, em risco a viabilidade de muitas famílias e empresas agrícolas.

Nesse âmbito também, muitas autarquias foram afetadas, com infraestruturas municipais fortemente danificadas. Nestas situações, o que faz a diferença é garantir uma resposta rápida no terreno, procedimentos simples e pagamentos em tempo útil, porque os ciclos agrícolas e os apoios às autarquias afetadas não esperam pela burocracia.

Portanto, Sr. Ministro, tenho duas perguntas muito simples e rápidas.

Queria saber porque não foi, desde logo, decretado o estado de calamidade pública no âmbito da Lei de Bases da Proteção Civil? Se já foi, retiro a pergunta.

Queria também saber, Sr. Ministro, de uma forma direta, o que está concretamente a ser feito. Que levantamentos de danos já foram realizados e com que prazos? Que instrumentos de apoio estão a ser acionados para a reposição do potencial produtivo e para a compensação da perda de rendimentos? E quando é que os agricultores poderão candidatar-se e, sobretudo, quanto poderão receber pelos prejuízos afetados?

Neste âmbito, queria também saber se vão ser criadas linhas de apoio às autarquias afetadas porque, pelo testemunho de alguns autarcas, sabemos que os danos são muito avultados, e essas autarquias seguramente vão necessitar de apoio direto do Governo.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Jorge, fala tu! E o Manuel João Vieira?!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias, Sr. Ministro, queria deixar e reiterar as nossas condolências e a nossa solidariedade para com as vítimas, as suas famílias e todas as populações afetadas.

Queria também deixar uma grande palavra de agradecimento a todas as pessoas que se mobilizaram: elementos da proteção civil, elementos das autarquias e os próprios cidadãos. Conhecemos relatos de pessoas que, assim que acabaram as grandes rajadas de vento, às seis da manhã, saíram das suas casas e foram desobstruir as ruas onde moravam e tirar todos os destroços, todos os ramos que estavam nas ruas. De facto, nestas alturas, mostra-se que há uma grande solidariedade.

A prioridade é apoiar as pessoas, apoiar a reposição da normalidade, apoiar as autarquias, apoiar o poder local, apoiar as empresas para que retomem a normalidade. Para isso, o Governo conta com toda a solidariedade do Livre e também com toda a vigilância. Ou seja, os próximos dias são muito cruciais para isso.

Agora, o Sr. Ministro disse-nos aqui que o sistema de proteção civil funcionou, que não falhou. E para quem esteve no centro desta tragédia, para quem esteve horas sem receber nenhuma comunicação? Nós não podemos dizer a essas pessoas que o sistema de proteção civil não falhou, porque, se não falhou, quer dizer que está mal montado, que está mal feito à partida.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Portanto, isso tem de ser alterado, nós temos de assumir essa responsabilidade.

O Sr. Ministro disse-nos que uma das prioridades era fazer uma avaliação rigorosa e transparente do que aconteceu. Há nove meses, tivemos um apagão em que Portugal inteiro ficou sem eletricidade. Temos agora 500 000 pessoas sem eletricidade em casa, e sem água também. O que é que aprendemos do apagão que podia ter evitado esta situação neste momento?

Tínhamos aprendizagens a fazer do apagão. Sabíamos que havia edifícios públicos que não podiam ficar sem geradores; os centros de saúde não podem ficar sem geradores; as farmácias não podem não ter geradores; os semáforos não podem deixar de funcionar quando não há eletricidade. Há uma série de aprendizagens que vêm diretamente do apagão e que agora poderiam já ter sido aplicadas e ter minimizado a tragédia que ocorreu nas últimas horas.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Ministro, o momento é de dor, de consternação, de luto e de solidariedade nacional. Isso não inibe, no entanto, a Assembleia da República de fazer as perguntas que deve fazer com sobriedade e responsabilidade.

O País sabia que ia ser o centro geográfico de um comboio de depressões há muitas semanas. A comunidade científica, as autoridades nacionais, privadas e cooperativas alertavam-nos há muito para isso. Foram diversos os alertas do IPMA, dos centros de investigação. Há documentação bastante. O País sabia que ia ser atravessado por uma tempestade terrível, como infelizmente estamos a ver e a sentir.

A primeira pergunta que lhe quero fazer, Sr. Ministro, é se o Governo entendeu, com todo este conhecimento acumulado e todos estes avisos, que se devia criar um grupo multissetorial para preparar o País, as populações, os territórios, as autarquias e as empresas para o fenómeno meteorológico terrível que se avizinhava.

A segunda pergunta que preciso de lhe fazer, Sr. Ministro, é se acha que os alertas emitidos foram suficientes, porque a opinião que nos chega de autarcas, de empresários, de trabalhadores, é que não foi o caso.

Tenho de lhe fazer ainda uma terceira pergunta difícil. É se acha que não deviam ter sido tomadas medidas mais assertivas de restrição de circulação que teriam salvaguardado vidas humanas e infraestruturas e que teriam reduzido os riscos.

A emergência climática é um dos nossos principais problemas de segurança nacional. Por isso, formulo-lhe uma última pergunta. O que é que nós aprendemos dos terríveis incêndios e do apagão que aplicámos para prevenir o risco que estas tempestades comportavam?

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Nada!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Ministro dos Assuntos Parlamentares, tem a palavra.

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Sr. Presidente, começo apenas por referir que algumas das respostas foram dadas e, com isso, vou tentar responder no apanhado às questões que me foram agora colocadas nesta última *tranche*, se me permitem a expressão.

Em relação à agricultura, devo dizer que o estado de calamidade é um mecanismo excecional e de urgência que permite exatamente ultrapassar uma série de constrangimentos burocráticos que muitas vezes dificultam a resposta quando ela é imperiosa e extraordinária. Por exemplo, na agricultura, os formulários para as declarações de prejuízo já estão disponíveis nas CCDR. Já estão a ser agilizadas uma série de lógicas de identificação dos prejuízos que permitem, ou que vão permitir, que os apoios sejam dados o mais rapidamente possível.

Em relação, por exemplo, a um dos grandes problemas que nós temos, que tem a ver com a redistribuição do sistema elétrico nacional, dos cerca de 400 000 clientes que estavam neste momento sem energia, hoje de manhã, está a ser reposta, paulatinamente, a reposição da energia, designadamente nos distritos de Leiria, Santarém, Coimbra, Castelo Branco e também noutros distritos.

Foram enviados ontem ainda 70 geradores para unidades de saúde, unidades de área social e empresas de água. Hoje foram enviados outros tantos.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Mas isso era anteontem!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — A rede de transporte e eletricidade, a REN (Redes Energéticas Nacionais), tem neste momento 10 linhas fora de serviço, mas os esforços estão a decorrer para que estas sejam repostas, e estão a funcionar seis grupos de ciclos combinados de gás natural. Há um plano que está a ser executado de reposição de linhas.

Em relação à água, foram mobilizados geradores para as empresas e tomadas medidas de abastecimento de combustível a estes geradores.

Estão também a ser tomadas medidas em relação às cheias e, inclusivamente, sabemos que há probabilidade, nos dias que vêm e até dia 8 de fevereiro, dada a saturação dos solos, de elas poderem vir a ser agravadas.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Diz o Sr. Deputado Fabian Figueiredo que os avisos não foram suficientes. Olhe, eu devo dizer-lhe que recebi, enquanto cidadão, vários avisos. Os autarcas, a lógica orgânica da proteção civil, estavam perfeitamente avisados. Agora, face aos danos que aconteceram, que são realmente mais extremados do que aqueles que conjeturávamos no início, parece até fácil dizer: «Ai, podiam ter feito mais!»

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — E podiam!

O Sr. **Ministro dos Assuntos Parlamentares**: — Vamos fazer o que é necessário para repor a normalidade. Por favor, acreditem que o Governo está aqui para dar a cara, para transmitir confiança, para assumir responsabilidade. Está, neste momento, a identificar as medidas necessárias e vai tomá-las sem qualquer

hesitação. É esse o compromisso que eu gostaria de deixar a esta Câmara e, através desta Câmara, perante o País.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Eurico Brilhante Dias está a pedir a palavra. Não me diga que quer fazer outra vez uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não, Sr. Presidente, é apenas para solicitar a distribuição de um documento.

Protestos do CH.

Para que não perdue a mentira, peço que seja distribuída a notícia que prova que o Dr. António Costa, no dia seguinte, esteve em Pedrógão. Muito obrigado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é o quê?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, a distribuição de um documento não é uma figura regimental.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eurico, queres fotos na praia?! Estava na praia!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vamos passar à declaração política seguinte.

Burburinho na Sala.

Assim que os Srs. Deputados permitirem, eu darei a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, do PS.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Têm sido muitos os debates, nesta Assembleia, sobre saúde.

Quando o Governo do Primeiro-Ministro, Luís Montenegro, tomou posse, assumiu a saúde como prioridade, mas, quase dois anos depois, as promessas feitas antes das eleições falharam. Temos hoje mais pessoas em lista de espera para cirurgia oncológica do que quando o Governo tomou posse, e meses depois de terem dito que essas listas deixariam de existir.

As grávidas percorrem hoje mais quilómetros para encontrar uma urgência aberta, que já escandalizava Luís Montenegro antes, mas agora desvaloriza-se e bateram-se todos os *records* de crianças nascidas fora de unidades de saúde. A resposta de socorro e emergência falha de forma sistemática, e recorrentemente, nos mesmos sítios. E temos, na mesma semana, o Governo a reconhecer que há falta de capacidade de resposta no socorro no distrito de Setúbal e, ao mesmo tempo, que encerrará as urgências de obstetrícia em Setúbal,...

Aplausos do PS.

... mantendo uma — uma! — urgência aberta para servir um distrito onde vivem mais de 900 000 pessoas. Os concursos médicos foram atrasados para forçar a competição e dar vantagem ao setor privado,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Por amor de Deus!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... para poder recrutar e deixar o SNS ainda mais carente.

Aplausos do PS.

Substituíram-se conselhos de administração no pico da gripe, num momento que já se sabe que é difícil, e que os hospitais precisam, mais do que nunca, de rotina e estabilidade. A substituição de conselhos de administração parece ser, aliás, a única coisa em que o Governo é eficaz.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Parece o PS!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Já substituíram quase todos, existindo mesmo conselhos de administração que já substituíram duas vezes.

Vou ser muito clara, para antecipar a resposta do PSD. Nós nunca dissemos que tudo estava bem, nem eu nem a bancada do Partido Socialista.

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Ai disseram, disseram!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Nós nunca dissemos que as soluções eram fáceis, nem eu nem a bancada do Partido Socialista.

Todos conhecemos as dificuldades e não as ignoramos, só que o muito que funcionava bem no SNS, ao fim de dois anos, não melhorou, e as dificuldades existentes pioraram. Não é isso que se espera de um Governo, principalmente de um Governo que concorreu dizendo que tinha um plano salvador.

Aplausos do PS.

O PSD virá aqui hoje explicar como são extraordinárias as medidas recentemente aprovadas — «agora é que é», pensam, «desta vez vai funcionar».

Têm, porém, os Srs. Deputados do PSD um problema. É que já não têm o benefício da dúvida, porque tinham um plano que, a curto e médio prazo, ia resolver os problemas, e falharam; porque iam acabar com a espera nas cirurgias para além do tempo máximo de resposta garantido, e falharam;...

Protestos do PSD.

... porque iam reduzir, ou mesmo acabar, com o problema dos portugueses sem médico de família, e falharam — são hoje mais de 18 000; porque iam resolver a questão dos médicos de família na Área Metropolitana de Lisboa com recurso ao privado, e falharam; porque seriam as USF Modelo C a resolver o problema de acesso nos cuidados de saúde primários, e falharam — não existe uma única;...

Protestos de Deputados do PSD.

... porque, em poucos meses, os centros de atendimento clínico iam resolver o problema da procura excessiva de urgências, e falharam — têm poucas dezenas de atendimentos; porque a linha SNS 24 ia ser solução para os problemas de acesso ao SNS, e falharam — 30 em cada 100 chamadas deixaram de ser atendidas; porque há um ano estavam a dois meses de entregar dois hospitais às misericórdias, e falharam — nada aconteceu.

Falharam nas medidas boas, falharam nas medidas más, falharam em toda a linha.

Aplausos do PS.

Neste momento, todo o Ministério da Saúde replica a ministra na reação ao falhanço — a culpa é sempre toda do vizinho do lado. E chegámos ao cúmulo de ter a direção executiva a responsabilizar a linha do SNS 24 para não assumir as responsabilidades dos nascimentos nas ambulâncias.

De tudo isto, Sr.^{as} e Srs. Deputados, nada é mais chocante do que a ausência da Ministra da Saúde.

Aplausos do PS.

Não dar a cara é imperdoável e acontece sempre que há alguma fatalidade, sempre que há problemas, que há problemas no INEM, que há problemas nas urgências, que há problemas no excesso de mortalidade. Ninguém vê e ninguém ouve a Ministra Ana Paula Martins em momentos difíceis.

O PS nunca fez aqui o discurso populista do PSD.

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Nunca agitámos mortes, até algumas inventadas, nem nunca apontámos responsabilidades pessoais a ninguém.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Eh!...

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mas a informação publicada existe para ser estudada, analisada e escrutinada. Não basta dizer que está frio e que há gripe, é preciso saber se a resposta nas ERPI (estruturas residenciais para pessoas idosas) funcionou, se as vacinas eram as certas, se chegaram a tempo e se eram em número suficiente, se alguém ficou para socorrer e se isso está na origem desta mortalidade.

Aplausos do PS.

Já aqui disse que nenhum problema desaparece por deixarmos de falar nele, mas há uma coisa que muda: a expectativa de que deste Governo venha alguma solução já não existe. É essa a consequência de fugir sempre de tudo, até das audições parlamentares agendadas há meses.

Não dar a cara é imperdoável, não dar a cara é irresponsável. E é visível para todos, menos para o Primeiro-Ministro, que não dar a cara é cada vez mais insustentável.

Aplausos do PS.

Protestos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada tem sete pedidos de esclarecimento e já informou que responderá primeiro a três e depois a quatro.

Tem a palavra a Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, da Iniciativa Liberal, para o primeiro pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, curiosamente, eu concordo com muito do que disse na sua declaração política.

Vozes do CH: — Oh!...

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Agora, aquilo que eu pergunto é: onde é que o PS esteve durante oito anos? É que aquilo que disse, que é verdade hoje, era verdade no tempo do Partido Socialista.

Protestos de Deputados do PS.

A verdade é que o discurso que temos hoje é exatamente o mesmo discurso que o Partido Socialista fez durante oito anos, ou seja, prometia que agora é que é, prometia que agora é que vão fazer, garantia que os problemas estavam identificados, criava a ilusão de que estavam a fazer alguma coisa, enquanto, no fundo, se limitam a gerir comunicação, e naquilo que é essencial continuou tudo igual. Isto é exatamente o mesmo que o PSD está a fazer hoje.

E os factos importam. Se hoje há muitos milhares de utentes sem médicos de família, também havia no tempo do Partido Socialista.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Havia mais!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Se hoje há urgências em rutura, também havia no tempo do Partido Socialista. Se hoje temos listas de espera para consultas e cirurgias, também tínhamos no tempo do Partido Socialista. Se havia, e se há, incapacidade de atrair e reter profissionais, também havia no tempo do Partido Socialista, e pior, porque já podiam ter planeado e agora os problemas só se estão a agravar por aquilo que não foi feito antes.

Se também sabiam que as administrações hospitalares continuavam sem autonomia, amarradas a regras completamente rígidas, burocráticas e com todas as nomeações partidárias, ora, aquilo que o PSD está a fazer hoje é exatamente o que o Partido Socialista fazia.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Exato!

A Sr.^a **Joana Cordeiro** (IL): — Sinceramente, era muito importante que os partidos que estão no Governo passassem das palavras aos atos. E, portanto, nem o PS fez isso, nem o PSD está a fazer.

Sr.^a Deputada, aquilo que eu lhe pergunto é se, finalmente, o Partido Socialista já percebeu que empurrar problemas com a barriga não serve de nada, atirar dinheiro para cima dos problemas não serve de nada e se estão, finalmente, disponíveis para fazer reformas e para alterar o modelo de gestão e de governação do SNS.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, a Sr.^a Deputada Marta Silva, do Chega.

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, o que estamos a assistir na área da saúde, para além de tudo aquilo que referiu, e que reconhecemos ser em parte culpa do Partido Socialista,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — ... é a inqualificável fuga deliberada ao escrutínio parlamentar por parte da Sr.^a Ministra da Saúde.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Recusou-se a vir a uma audição regimental, marcada em Conferência de Líderes, com o conhecimento do Governo, agendada há mais de seis meses.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Mais grave ainda: a mesma Ministra recusa vir explicar o caos no internato médico, as vagas que ficaram por preencher, as mortes por falta de socorro e, quando propõe uma data alternativa, escolhe exatamente o dia em que sabe perfeitamente que a Comissão de Saúde não a poderá receber.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Isto é uma vergonha, meus senhores, é um total e absurdo desrespeito pelo trabalho do Parlamento e pelo trabalho da Comissão de Saúde.

Aplausos do CH.

Sr.^a Deputada, ouvi-a atentamente, mas gostava também de a ouvir e de saber o que é que o Partido Socialista tem a dizer sobre este assunto, se acha aceitável que uma ministra da saúde falte a uma audição regimental marcada há mais de seis meses.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — E não é a primeira!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Bem sabemos que temos uma Ministra que ora diz que não se demite, ora diz que fica até à Páscoa, mas, na verdade, já nem sabemos se temos ou não Ministra da Saúde, porque não aparece, não fala, não dá a cara, não se deixa escrutinar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

A Sr.^a **Marta Martins da Silva** (CH): — Por isso, pergunto se acompanha a ideia do Chega de que Portugal está sem Ministra da Saúde.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, do Bloco de Esquerda, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, quero cumprimentá-la pelo tema escolhido para esta declaração política. Queria fazer um conjunto de interrogações que creio que qualquer português médio tem e que assistiu a uma campanha eleitoral em que um candidato prometia um plano, em 60 dias, para resolver os principais problemas da saúde e, depois, veio a saber-se que foi elaborado por, enfim, um suposto ministro sombra, Eurico Castro Alves. É sempre bom recordar.

Talvez, se calhar, seja essa a razão pela qual Ana Paula Martins continua a ser Ministra, porque o ministro, de facto, não se senta no Conselho de Ministros. Talvez um comentário da parte da Sr.^a Deputada possa ajudar a esclarecer esta mesma dúvida.

Depois, Sr.^a Deputada, queria fazer um conjunto alargado de perguntas muito concretas.

Os portugueses, hoje, esperam mais ou menos tempo por consultas e para cirurgias? A situação nas urgências está melhor ou está pior? Há hoje mais segurança, por parte dos utentes, quando precisam dos serviços do INEM? Os atrasos na atribuição do médico de família aumentaram ou diminuíram? Temos, hoje, mais ou menos médicos de família atribuídos a cidadãos portugueses? A capacidade de resposta das USF e dos centros de saúde melhorou ou piorou? Temos, hoje, mais capacidade de atração de profissionais de saúde para o SNS ou isso degradou-se? A emigração de profissionais de saúde para o centro da Europa aumentou ou diminuiu?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O que para aí vai!...

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — A estabilidade dos concursos, sobretudo para os médicos, está melhor ou está pior? Há mais ou menos previsibilidade na contratação no SNS, ou não? A confiança na direção executiva aumentou ou diminuiu? Há mais estabilidade e autonomia das unidades locais de saúde ou menos?

E, Sr.^a Deputada, uma última pergunta: conhece algum país onde o modelo proposto pela Iniciativa Liberal funcione melhor do que o Serviço Nacional de Saúde?

Risos da IL.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Na Europa toda!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — No Irão está em alta!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, isto faz parte, é preciso alguns momentos de descompressão.

Vou dar a palavra à Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva para responder.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, vou começar por responder à pergunta colocada pela Sr.^a Deputada Marta Silva. Sabemos bem que nesta legislatura é a primeira vez que a Sr.^a Ministra da Saúde tenta desmarcar uma audição, mas, na última legislatura, falhou a praticamente todas as audições. Tivemos de fazer queixa, na Conferência de Líderes, para finalmente conseguirmos que a Sr.^a Ministra da Saúde não inventasse uma qualquer viagem ao estrangeiro, só para se salvar, furtar a vir responder às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados.

O Sr. **José Luís Carneiro** (PS): — Bem lembrado!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Por isso, acompanho, sim, as vossas preocupações.

Sr.^a Deputada Joana Cordeiro, tenho muito gosto, e os Srs. Deputados sabem que tenho, em falar dos oito anos do Governo do Partido Socialista,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Oh!...

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... e posso aqui contar toda uma história! Nós temos hoje dificuldades, mas os Srs. Deputados acham que teríamos mais ou menos dificuldades do que antes de os Governos do Partido Socialista terem reforçado os recursos humanos em quase 30 000 trabalhadores?

Aplausos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Reforçado?!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Teríamos mais ou teríamos menos?!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Acabaram com as PPP (parcerias público-privadas)! Fizeram contrarreformas!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Teríamos mais ou teríamos menos dificuldades do que antes de o Partido Socialista ter procurado fazer uma reforma que coordena a rede do SNS, para ter alguém que decide o que pode encerrar e o que tem de estar aberto quando algo encerra, que está em diálogo com as ULS (unidades locais de saúde), que sabe decidir e que está presente quando há problemas?

Estávamos melhor nesse momento em que reagimos à pandemia ou estamos melhor hoje,...

Aplausos do PS.

... quando temos relatos de muitos hospitais e de muitos lares na região de Leiria sem condições de acesso a oxigénio, a medicamentos, a gásóleo para os geradores dos lares e dos hospitais?

Respondemos melhor no passado ou respondemos melhor agora? Julgo que a resposta é fácil.

Aqui, nesta Câmara, e lá fora, todos sabem que o Partido Socialista pode ter deixado muitos problemas por resolver — assumimos isso —, mas resolveu muitos e lidou com o momento mais crítico da resposta do SNS,...

Aplausos do PS.

... dando a cara, estando presente e juntando respostas entre público, privado e social.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, as respostas são muito simples: temos mais dificuldade no acesso aos profissionais de saúde, quer nos cuidados de saúde primários, quer nos cuidados hospitalares; temos menos integração de cuidados, porque a ministra começou logo a questionar o modelo, no seu primeiro dia; temos o

INEM a responder pior e temos maiores tempos de espera, principalmente por causa da instabilidade que esta Ministra da Saúde tem trazido ao SNS.

Queria terminar dizendo o que mais me preocupa: é que esta promessa de um futuro reforço no privado — e nem essa conseguem concretizar! — tem criado uma competição entre recursos humanos, e é por isso que o modelo defendido pela Iniciativa Liberal vai sempre falhar,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Veja em toda a Europa!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... porque nós não temos recursos humanos suficientes.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Toda a Europa!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Mas temos a obrigação constitucional e moral de reforçar o SNS,...

Vozes do PS: — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... de reforçar a resposta universal e de garantir que as respostas são melhores.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, antes de ir à segunda ronda de perguntas, gostava de informar a Câmara de que assistem aos nossos trabalhos, nas galerias, um grupo de alunos e professores da Escola Secundária Rainha Dona Amélia, de Lisboa, em Alcântara, e um grupo de professores e alunos do Agrupamento de Escolas João de Deus, de Faro.

Peço aos Srs. Deputados que felicitem os nossos assistentes.

Aplausos gerais.

Tem então a palavra a Sr.^a Deputada Isabel Mendes Lopes, do Livre, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Isabel Mendes Lopes** (L): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, quero cumprimentá-la pela iniciativa de trazer o tema da saúde para esta tarde de declarações políticas, porque, de facto, é um dos temas mais prementes e que mais preocupa as pessoas em Portugal.

Além da degradação do acesso ao Serviço Nacional de Saúde, que a Sr.^a Deputada já aqui referiu, há algo mais que preocupa. Não é só a degradação e a falta de condições que as pessoas sentem neste momento;...

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... é que as pessoas também vão perdendo a confiança no Serviço Nacional de Saúde.

Quando nós permitimos que haja essa perda de confiança no Serviço Nacional de Saúde, estamos a deixar cair uma das maiores conquistas que temos em comum, depois do 25 de Abril, que é um serviço nacional de saúde onde ninguém tem medo de entrar, onde não há restrições à entrada, onde toda a gente sabe que pode ser apoiada e que tem lá as condições para conseguir ter a sua saúde, independentemente do rendimento que tenha.

Essa foi uma conquista enorme, mas o risco que advém da forma como o nosso Serviço Nacional de Saúde está a ser tratado é o de as pessoas perderem a confiança, e não podemos deixar que isso aconteça.

Quando temos notícias recorrentes de bebés que nascem fora dos hospitais, em ambulâncias, de que temos urgências fechadas, de que não se sabe onde vamos ter as nossas crianças, de que temos pessoas em macas nos corredores, de que na Linha SNS 24 se demora muitos minutos, às vezes mais de meia hora, a ser atendido, de que temos um serviço do INEM que não funciona naquilo que é o mais básico, então, aí estamos a minar a confiança no Serviço Nacional de Saúde.

O papel dos privados no nosso sistema de saúde é inevitável, fazem parte do nosso sistema, mas o que não pode haver é um sistema concorrencial e altamente canibalizado, como neste momento está a acontecer. Portanto, uma coisa muito simples que poderia ser feita era exigir aos privados total transparência, como é exigido ao Serviço Nacional de Saúde. Era uma medida simples, essa de os privados nos dizerem quantos utentes tratam, que patologias, em que serviços. Portanto, é esta a pergunta que lhe deixo.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Inês de Sousa Real, do PAN, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a **Inês de Sousa Real** (PAN): — Sr. Presidente, cumprimento a Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva pelo tema que o PS trouxe às declarações políticas. No entanto, ainda ontem discutimos duas propostas, não só do PAN, mas também do Chega, para que os doentes que estão, neste caso, em lista de espera pudessem ter uma alternativa — falo, pelo menos, da proposta do PAN.

Concordamos com os princípios que a Sr.^a Deputada proclamou ali da tribuna e partilhamos da preocupação de termos um Serviço Nacional de Saúde capaz de dar resposta aos diferentes problemas dos cidadãos, capaz de, efetivamente, reter talento em Portugal.

Porém, enquanto, por um lado, são trazidas propostas que respeitam o princípio de que o pilar da saúde em Portugal tem de ser o SNS e não a privatização, por outro, aquilo que vemos é o PS a dar a mão ao PSD para rejeitar as propostas dos partidos que querem alterar alguma coisa que, de forma concreta, melhore a vida das pessoas.

Por isso pergunto-lhe, Sr.^a Deputada: qual é a alternativa? Quando dizemos e propomos que um doente oncológico não deve estar meses à espera de um diagnóstico ou de um exame complementar, ou que uma criança que precisa de tratamento também não deve estar meses à espera para ser tratada, e o PS se une ao PSD para rejeitar estas propostas, sinceramente, ficamos um pouco na dúvida sobre qual é a alternativa que as Sr.^{as} e os Srs. Deputados aqui querem trazer, porque não ouvimos propostas concretas.

O PAN tem feito, de forma muito clara, a defesa do SNS, nomeadamente nas alternativas para captar talento — como é o caso dos médicos e enfermeiros, com o reconhecimento das especialidades e da formação, que é absolutamente essencial, mas também por outros meios complementares, como é o caso da habitação ou até mesmo da valorização profissional.

Sabendo bem a dificuldade que é conseguirmos ter estes profissionais no Serviço Nacional de Saúde, e o Partido Socialista também já teve responsabilidades governativas, pergunto: como é que amanhã vão rejeitar a proposta do PAN para que, efetivamente, possa haver um encaminhamento dos doentes que carecem com urgência deste tipo de tratamentos e este serviço possa ser pago no privado?

Muito honestamente, isso é estarmos a fechar a porta ao direito das pessoas à saúde, o que também não pode acontecer.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Paula Santos, do PCP, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, queria cumprimentá-la pelo tema que trouxe a debate, porque a situação no nosso País, no que diz respeito à saúde, piorou, e piorou bastante.

Há crescentes dificuldades no acesso aos cuidados de saúde: elevados tempos de espera; 1 milhão e meio de utentes sem médico e sem enfermeiro de família; utentes triados com urgência e que ficam horas e horas nas urgências; encerramento de maternidades; bebés que nascem em ambulâncias... De facto, poderíamos continuar a identificar os muitos problemas e as dificuldades no acesso aos cuidados de saúde.

Há uma questão que gostaria de colocar, porque tudo isto que está a acontecer não se trata de as medidas do Governo terem falhado. Trata-se, de facto, de o plano do Governo ser este, de ser deliberado: a opção de desmantelamento e desarticulação do Serviço Nacional de Saúde para fazer aquilo que estão a fazer, que é entregar a prestação de cuidados aos grupos privados.

Ainda no final da semana passada era notícia, dando conta dos concursos para as USF modelo C, que estão a aliciar os médicos com salários altos e até a pagar para angariar médicos para estas USF modelo C. E estou a colocar esta questão hoje, aqui, porquê? Porque isto vai ser suportado pelo Orçamento do Estado. Ou seja, estão a ser desviados diretamente recursos do Serviço Nacional de Saúde, que deveriam ser investidos para valorizar os profissionais e para reforçar a capacidade do Serviço Nacional de Saúde — não se faz, porque não se quer! —, para favorecer os interesses dos grupos privados.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Não! Para cuidar das pessoas!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — A questão que gostaria de lhe colocar, Sr.^a Deputada, prende-se com seguinte: há quatro anos, era Governo o Partido Socialista, nós identificávamos como problema na Assembleia da República a necessidade de valorizar os profissionais de saúde para reforçar o Serviço Nacional de Saúde. O PS recusou-se a fazê-lo no Governo, mas, se tivesse acompanhado o PCP nestas nossas soluções, hoje, a situação estaria muito diferente.

Portanto, é também uma responsabilidade do Partido Socialista...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone da oradora foi automaticamente desligado.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Francisco Sousa Vieira, do PSD.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Chicão!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD) — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Vieira da Silva, o Partido Socialista poderia ter escolhido qualquer tema para a sua declaração política, mas escolheu a saúde. E poderia ter feito também um ato de contrição, mas escolheu fazer mais uma manobra de ilusão.

Recordo a Sr.^a Deputada de que este seu PS é o mesmo PS que moldou a saúde à sua imagem. É o mesmo PS que, primeiro, aprovou uma Lei de Bases da Saúde que disse «setor social e setor privado, não» e que, depois, não foi capaz de inaugurar um único hospital público, enquanto o privado inaugurou dezenas.

Aplausos do PSD.

Vozes do CH e da IL: — É verdade!

Protestos do PS.

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD) — É o mesmo Partido Socialista que, primeiro, duplicou o orçamento da saúde à custa da asfixia de impostos com a maior carga fiscal de sempre, em 2023,...

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

... para depois, ao mesmo tempo, desperdiçar milhões e milhões de euros do PRR (Plano de Recuperação e Resiliência) para adquirir, requalificar e construir novos centros de saúde.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

Este seu PS é o mesmo que, em 2017, prometeu médico de família para todos, quando havia 164 000 estrangeiros inscritos no SNS,...

Protestos do PS.

... mas que, graças à política desregulada de imigração, levou a que hoje exista mais de 1 milhão de estrangeiros inscritos no SNS.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Volta à escola! Vai ler os números!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD) — É o mesmo Partido Socialista que hoje vem fazer esta manobra de diversão.

Sr.^a Deputada, o Partido Socialista desarrumou completamente a casa, e este Governo, assim que tomou posse, começou a arrumar!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Nota-se!

O Sr. **Francisco Sousa Vieira** (PSD) — Começou a arrumar, aumentando o salário dos médicos e dos enfermeiros, revendo a carreira dos técnicos e dos farmacêuticos, diminuindo o tempo de espera no serviço de urgência para consultas, para cirurgias.

Protestos do Deputado do PS Miguel Matos.

É o mesmo partido que, estando no Governo, vai avançar com a construção de novos hospitais.

A pergunta que lhe deixo, Sr.^a Deputada, é esta: o PS vai, finalmente, ajudar a arrumar aquilo que desarrumou, ou vai continuar a gritar que ainda há muito por arrumar de tudo aquilo que desarrumou?

Mais do que isso, continuam a dizer que este Governo está a executar aquilo que foi anunciado pelo Governo do PS, como a aquisição das viaturas. Falta saber se o PS quer também ter os louros da construção do Hospital Central do Algarve e se, um dia, quando tivermos médicos de família para todos os portugueses, o PS vai querer mais do que uma estátua por apresentar *slides*...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Mariana da Silva, tem a palavra para responder.

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — Sr. Presidente, realmente, a questão da confiança que o Livre colocou é das coisas que mais nos dizem, julgo que a todos os Deputados desta Casa — alguém disse, nos últimos dias, que já tem medo de precisar do INEM! —, e é isso que precisamos de recuperar. Mas o que é que o PSD e o Governo do PSD fazem, em vez de recuperar? Como os números de dezembro devem ser maus no atendimento da Linha SNS 24, apagou-os! É sempre o mesmo registo.

Sempre que vejo que há um dado que deixou de ser atualizado no *site* no dia em que sempre foi, já sei: é porque piorou, é para esconder, é para ninguém falar.

Aplausos do PS.

Protestos do Deputado do PSD Almiro Moreira.

O Partido Socialista defende, e praticou sempre, a complementaridade. A questão é que o que aqui está em cima da mesa, pelo menos por parte da Iniciativa Liberal, de forma clara — por parte do PSD é sempre de forma meio escondida —, é pôr em causa a capacidade de o SNS responder,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Falso!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... ao dar ao privado a possibilidade de escolher leques de doentes,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Falso!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... de escolher em que centros de saúde quer ter unidades de tipo C,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Falso!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... de escolher que cirurgias quer fazer.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Falso!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — E sim, Sr. Deputado Francisco de Sousa Vieira, foi o Partido Socialista que constituiu o SNS, que o desenvolveu,...

Protestos de Deputados do PSD e da IL.

... que o fez universal, geral, tendencialmente gratuito,...

Aplausos do PS.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Foi o Cavaco! O PS não fez nada!

A Sr.^a **Mariana Vieira da Silva** (PS): — ... que o fez chegar a todo o território, sem ir perguntar a grupos privados em que sítios do País é que têm interesse em ter unidades de saúde familiar.

Srs. Deputados, nem os privados aceitam as condições que os senhores lhes estão a colocar, e por uma razão muito simples: porque não querem atender todas as pessoas, incluindo os imigrantes, que o PSD, já por uma vez, nos últimos dois anos, tentou que deixassem de ter acesso.

Aplausos do PS.

Só o serviço público garantirá os cuidados de melhor qualidade a todos os cidadãos. Todos sabemos a forma — quem não sabe pode ler os jornais do nosso país vizinho, que a têm detalhado — como um grupo privado, que está em Portugal a gerir uma PPP, está a garantir que só são atendidos os doentes mais rentáveis — e o Governo nem nos responde! Para nós, não existe isso de «doentes mais rentáveis»! Existem portuguesas e portugueses que precisam de tratamento e de cobertura universal.

Aplausos do PS.

Por isso, Sr.^a Deputada Paula Santos, pode ser difícil, mas a solução é uma, e só uma: continuar a investir no SNS, não deixar desviar recursos, superar esta fase, que sabemos que é uma fase de carência de recursos humanos, sem deixar enfraquecer aquilo em que os portugueses confiam.

Sei que os Srs. Deputados não aceitam, mas os portugueses confiam muito no SNS. Por isso é que, quando têm um cheque para fazer uma cirurgia num outro sítio, não a fazem.

Aplausos do PS.

Por isso é que, quando podem, querem manter a sua ligação ao seu médico. É para isso que aqui estamos e vamos continuar a estar.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos à declaração política seguinte, que compete à Iniciativa Liberal. Tem a palavra a Sr.^a Deputada Mariana Leitão.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na sequência da tempestade que assolou o território nacional na madrugada do dia 28 de janeiro, quero começar por expressar e por reforçar, em nome de todos, a nossa mais profunda solidariedade para com as populações afetadas, em especial as populações de Leiria, Marinha Grande, Coimbra, Alcácer do Sal, Aveiro, Silves e Vila Franca de Xira.

Àqueles que perderam familiares, as nossas condolências e o nosso compromisso de que não serão esquecidos. Àqueles que viram o esforço de uma vida, os seus negócios, as suas casas, as suas poupanças serem levados pela intempérie, a nossa total solidariedade. Estamos e estaremos convosco.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, nestas horas, perante todas as adversidades, vimos o melhor dos portugueses. Vimos os homens e as mulheres da proteção civil, dos bombeiros, das forças de segurança e das autarquias abdicarem do seu descanso e da segurança das suas próprias famílias para acudir às famílias de outros. A solidez de uma comunidade testa-se nestes momentos, e que não restem dúvidas: os portugueses cuidam uns dos outros.

Mas, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, é nosso dever e obrigação dizer com frontalidade: o Governo, na primeira reação, e na pessoa do Primeiro-Ministro, não esteve à altura dos acontecimentos. É nossa responsabilidade dizer com toda a frontalidade: não é admissível que o SIRESP tenha voltado a falhar.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não é aceitável que o Primeiro-Ministro, perante a dimensão da catástrofe, diga que vai avaliar a sua própria reação. Não é aceitável que o Primeiro-Ministro não cancele, de imediato, toda a agenda do dia seguinte, para ficar ao inteiro dispor das populações afetadas. Não é aceitável que hoje, às 9 horas da manhã, o Secretário de Estado da Proteção Civil diga que não será decretado o estado de calamidade e que esta situação é uma forma de aprendizagem. E também não é aceitável que o Primeiro-Ministro, às 11 horas da manhã de hoje, contradiga o seu secretário de Estado, que apenas uma hora e meia ou duas horas antes tinha estado a falar, ao declarar o estado de calamidade. Não é aceitável que a Sr.^a Ministra da Administração Interna se encontre em parte incerta.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — E também não é aceitável este nível de hesitação, desnorte e descoordenação.

Eu questiono: como é possível que o nosso País ainda não tenha um plano de contingência para quando as comunicações são comprometidas? Não falo apenas a nível das comunicações do Estado. Como é possível deixar a população ao abandono, sem conseguirem contactar os seus familiares, sem qualquer tipo de orientação e sem qualquer tipo de apoio, há praticamente 48 horas, sem sequer previsão de quando as comunicações serão restabelecidas?

Temos a obrigação, enquanto Deputados eleitos, de questionar, e é exatamente isso que estamos aqui a fazer. Ouvimos autarcas a relatar um isolamento institucional inaceitável. Quando um presidente de câmara que está na linha da frente da catástrofe não consegue contactar o Governo da República, podemos afirmar categoricamente que o sistema falhou.

Não é aceitável dizer que «é cedo para falar de apoios». Para quem perdeu tudo, o amanhã já é tarde.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Não é aceitável tratar falhas de coordenação como «aprendizagens». O Estado não é um centro de estágios, é o garante da ordem e da recuperação.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — A hesitação na declaração de apoios e o desnorte da resposta não são apenas falhas: são incompetência com custos reais. É aqui que o Estado tem de demonstrar a sua capacidade de resposta. É aqui que o Estado não pode falhar.

Aplausos da IL.

O Governo não pode evitar tempestades, todos sabemos disso, mas pode e deve intervir de forma rápida, decisiva e eficaz para minimizar o impacto destes fenómenos da natureza. Perante uma catástrofe, os governantes têm de trazer conforto e tranquilidade. Pergunto: alguém se sentiu mais tranquilo depois de ouvir e ver o que este Governo disse e fez nas últimas 24 horas?

Sr.^{as} e Srs. Deputados, num momento de catástrofe, a primeira obrigação do Estado é estar à altura das responsabilidades. É nestas horas que se distingue a autoridade formal da verdadeira liderança: a primeira ocupa o cargo, a segunda assume o comando.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito bem!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — A liderança em crise exige clareza para dizer a verdade, mesmo quando esta é desconfortável, e exige coragem para decidir depressa com a informação disponível, sem se esconder atrás de comissões, relatórios ou adiamentos. A inação também é uma decisão e paga-se caro.

Há ainda um dever de presença. Liderar é aparecer, assumir, dar a cara e coordenar equipas no terreno. Não é tempo de burocracia defensiva, nem de cálculo político. É tempo de comando e de foco absoluto nas pessoas afetadas. A confiança pública constrói-se quando os cidadãos percebem que alguém está efetivamente a conduzir a resposta.

Por fim, a liderança verdadeira continua na reconstrução, na correção das falhas expostas pela crise e na preparação para a próxima emergência. Porque governar, sobretudo em tempos difíceis, não é comentar a realidade, é transformá-la em decisões concretas.

Era isto que se esperava do Governo e dos seus dirigentes. Infelizmente, não foi nada disto que tivemos.

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada tem quatro pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que responderá a dois de cada vez.

Tem a palavra, para o primeiro pedido de esclarecimentos, o Sr. Deputado Miguel Matos, do Partido Socialista.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, de facto, o Governo está a inaugurar uma nova definição do que é o *laissez-faire*, e muito mal, porque o que estamos a ver, hoje em dia, é um Governo que não só recusou o estado de calamidade, mas também abandonou os territórios. Tivemos, ainda há poucos minutos, o Presidente da Câmara Municipal de Castelo Branco a dizer que o Governo, a esta hora, ainda nem sequer uma única chamada foi capaz de fazer para saber o que era preciso, para saber como estava o território. Todos, mas todos os territórios merecem a nossa solidariedade e merecem um Estado presente.

Aplausos do PS.

Seguramente, até liberais poderão entender e concordar que, nesta área fundamental de soberania, era preciso um Estado competente, um Estado sólido e presente.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Sobretudo os liberais!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Sabe, Sr.^a Deputada, isto faz-nos lembrar outros momentos deste Governo. Faz-nos lembrar o apagão, em que só às 5 horas da tarde é que se lembraram de falar com as pessoas e

mandar uma mensagem. Faz-nos lembrar os incêndios deste verão, em que atrasaram o pedido de ajuda à União Europeia, em que se recusaram a declarar situação de contingência, em que se recusaram a convocar a Comissão Nacional de Proteção Civil, em que diminuíram os apoios face àquilo que foi declarado, por exemplo, nos incêndios de 2017.

Por isso, de facto, Sr.^a Deputada, uma das perguntas que temos de lhe fazer é a de saber se entende que isto se tem vindo a tornar uma prática habitual deste Governo.

É preciso coerência, e é sobre isso a segunda pergunta que lhe tenho de fazer. De facto, isto não pode ser só subir ali à tribuna, assumir um ar de solenidade, encher a boca de sentimentos, mas depois não fazer nada. É que, para a Iniciativa Liberal, segundo um projeto que vai ser discutido amanhã, o que se passou em Leiria, em Santarém, em Castelo Branco e em todo o País não é uma emergência, porque não há uma emergência climática. Para vocês é apenas uma chatice, uma maçada, um aborrecimento, parafraseando Pinheiro de Azevedo.

Protestos da IL e do CDS-PP.

É uma chatice, porque suja tudo. Que horror! Limpar as estradas, limpar as zonas afetadas é absolutamente possidónio!

Portanto, Sr.^a Deputada, aquilo que lhe pergunto é: por um momento, podem descer do pedestal da vossa arrogância,...

Risos e protestos da IL.

... de acharem que isto é apenas uma ocasião, e assumir que, de facto, estes territórios merecem o cuidado de entender que isto é um fenómeno climático extremo que merece todo o cuidado?

Aplausos do PS.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Isso é que é populismo!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para o segundo pedido de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Filipa Pinto.

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, uma vez que, amanhã, vamos votar a eliminação da palavra «emergência» da Lei de Bases do Clima, por proposta da Iniciativa Liberal, gostaria de perguntar à Sr.^a Deputada Mariana Leitão o seguinte: perante o aumento e a frequência cada vez maiores de catástrofes meteorológicas como a que, infelizmente, vivemos ontem, perante a evidência científica de que esses fenómenos e essas catástrofes vão ser cada vez maiores, mais severas e mais destrutivas, este assunto ainda é uma agenda dos fanáticos do clima,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — A vossa resposta é!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — ... ou já podemos mesmo chamar «emergência climática» ao que estamos a viver?

O Livre entende que não podemos ficar à espera da magia do crescimento económico para se fazer face às reais ameaças dos eventos climáticos extremos vividos pelas populações e que serão cada vez mais frequentes.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito bem!

A Sr.^a **Filipa Pinto** (L): — Srs. Deputados, não podemos, num dia, negar as alterações climáticas e dizer que a economia está primeiro e, no dia a seguir, pedir ajuda ao Estado para minimizar os impactos das alterações climáticas, como fizeram, agora, na intervenção da Sr.^a Deputada.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Mariana Leitão, tem a palavra para prestar esclarecimentos.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, considerando que os Srs. Deputados do Partido Socialista e do Livre fizeram mais ou menos as mesmas questões, vou responder-lhes em conjunto.

Para já, têm muito poucas palavras sobre as populações que perderam tudo, sobre a resposta a uma situação de emergência. Sobre isso, Srs. Deputados, poucas ou nenhuma palavras,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — É só ideologia!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... para conseguirem fazer verdadeiro populismo. Para o populismo, já basta a vossa abordagem às alterações climáticas.

Srs. Deputados, invocar o tempo...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — O tempo?! Isto não é «o tempo»!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... para dizer que existem alterações climáticas é tão descabido como invocar o tempo para dizer que não existem.

Aplausos da IL.

Protestos do PS e contraprotestos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Ricardo Reis, do Chega.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Mariana Leitão, começo, naturalmente, por me dirigir ao País com palavras de pesar e de solidariedade para com as vítimas desta catástrofe, e começo também, antes de me dirigir a si, por me dirigir ao Deputado Miguel Costa Matos, dizendo que é risível alguém do Partido Socialista vir fazer a intervenção que fez,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — ... porque acaba por ser engraçado falar de alterações climáticas quando, nos vossos Governos, o que existiu, sim, foi uma incompetência sistemática.

Aplausos do CH.

Sr.^a Deputada Mariana Leitão, concordo consigo. Falhou! O SIRESP falhou, como falhou em Pedrógão. As comunicações falharam, uma vez mais, e as populações continuam, ao dia de hoje, isoladas, em muitas aldeias que são esquecidas.

Aquele Portugal do interior — que estes senhores esqueceram durante muito tempo — hoje está isolado, sem qualquer tipo de acesso, sem comunicações, sem absolutamente nada, porque um sistema falhou, uma vez mais. Em Portugal é assim: tudo falha! Falha a prevenção, preocupamo-nos com as coisas tarde demais e, depois, quando é para resolver, resolve-se ainda mais tarde. Esse, sim, é de facto um problema.

Ouvi atentamente uma coisa que disse: é preciso ação, é preciso liderança e, quando o Primeiro-Ministro não a tem, ainda que não seja da sua competência, muitas pessoas olham para o Presidente da República, dada a necessidade de terem alguém que esteja lá para agregar, para unificar, uma figura de Estado que represente as pessoas.

Aplausos do CH.

Sr.^a Deputada, por esta lógica, por esta necessidade de ação, por esta necessidade de dar, assim, um murro na mesa, peço-lhe: pergunte aí, ao seu lado, ao seu líder parlamentar — que foi o primeiro, como uma *cheerleader* com pompons, a dizer «Eu voto Seguro» —, se essa vossa iniciativa socialista representa, de facto, a ação que vocês querem para o País ou se apenas continuam a política destes senhores que aqui se sentam.

Aplausos do CH.

Pergunto-lhe mesmo, diga aos portugueses com clareza, não peça indicações ao seu líder da bancada, diga aos portugueses com clareza se essa distinta lata que aqui têm hoje é, de facto, de alguém que já mudou o sentido de voto para o dia 8, ou, se ali no cantinho, vão votar nestes senhores que estiveram ali em cima a criticar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Hugo Oliveira, tem a palavra para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esta defesa do Seguro pelo PSD...

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada, deixe-me dirigir-me ao Partido Socialista para dizer o seguinte: houve uma altura que houve uma disputa eleitoral dentro do Partido Socialista entre dois antónios, tão diferentes que eles eram; mas há um desses antónios, que hoje esteve no terreno, e bem, e estou seguro que ele terá vergonha alheia ao ter ouvido hoje o líder parlamentar do Partido Socialista a dizer o que disse.

O Sr. **António Rodrigues** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Esta defesa do António José Seguro pelo PSD...! Está a defender o Seguro!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Quero dizer, Sr.^a Deputada, que como Deputado eleito pelo círculo de Leiria não posso deixar, em primeiro lugar, de lamentar profundamente as perdas de vida humanas registadas e endereçar, naturalmente, umas palavras de solidariedade às famílias enlutadas e todos que neste momento atravessam um grande sofrimento.

O círculo de Leiria foi severamente atingido pela passagem da depressão *Kristin*, com efeitos particularmente violentos na região. Muitas pessoas estão sem acesso a água, eletricidade e comunicações, isoladas e em situação de grande vulnerabilidade e que exige uma resposta rápida e eficaz.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Olha, por isso é que o Chega cresce em Leiria!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — Importa sublinhar que, de facto, o Sr. Primeiro-Ministro encontra-se no terreno, acompanhando de perto a evolução da situação, em articulação com a Proteção Civil, as autarquias e todas as entidades envolvidas.

A declaração de estado de calamidade,...

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Tarde, tardinha!

O Sr. **Hugo Patrício Oliveira** (PSD): — ... é uma decisão responsável, que permite mobilizar meios excecionais, reforçar a capacidade de resposta e acelerar o apoio às populações afetadas. A prioridade é clara:

salvar vidas, apoiar de imediato quem mais precisa e restabelecer, com a maior brevidade possível, os serviços essenciais — água, eletricidade e comunicações —, sem os quais não há segurança nem dignidade.

Quero ainda deixar uma palavra de reconhecimento a todos os operacionais da Proteção Civil, bombeiros, forças de segurança, profissionais de saúde e voluntários, que têm estado no terreno, muitas vezes em condições extremamente difíceis, ao serviço das populações.

Leiria precisa de respostas, de presença e de união. É isso que se exige de todos nós. E pergunto à Sr.^a Deputada, depois de a ouvir: sabe mesmo o que é o SIRESP?

Aplausos do PSD.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — E contratações para o SIRESP, com urgência?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Mariana Leitão, tem a palavra.

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Ricardo Reis, do Chega, decidiu usar a catástrofe para fazer chicana política, que é algo que acho que era importante que não acontecesse,...

Protestos do Deputado do CH Ricardo Lopes Reis.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É isso, é verdade! Só sabe fazer isso! Não sabe fazer mais nada!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... mas, olhe, vou-lhe responder, mas vou-lhe responder, Sr. Deputado:...

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — É uma vergonha!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... ao contrário de André Ventura, ninguém na minha bancada votou em José Sócrates,...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Pois é! Pois é! O Ventura votou José Sócrates!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Muito bem!

Aplausos da IL.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — És um aldrabão, um mentiroso!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — ... portanto, fale menos, fale menos, fale menos! Quanto a isso, estamos conversados.

Sr. Deputado Hugo Oliveira,...

Continuação dos protestos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Tenham vergonha!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — És uma aldrabona! Tu és uma aldrabona!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Oiçam! Oiçam!

A Sr.^a **Mariana Leitão** (IL): — Eu percebo que incomode!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Em Sócrates! É uma vergonha!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Posso continuar, Sr. Presidente?

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.ª Deputada, está sem som e a contagem do tempo está parada para acalmar um bocadinho. É só mais um bocadinho, se calhar.

O vapor já saiu todo. Faça favor, Sr.ª Deputada, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentirosa!

A Sr.ª **Mariana Leitão** (IL): — Muito obrigada, Sr. Presidente.

Sr. Deputado Hugo Oliveira, só duas notas: primeiro, o País não é um simulacro; segundo, onde é que está a Ministra da Administração Interna?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Miguel Costa Matos, pede a palavra para que efeito?

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Para distribuição de um documento, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, a distribuição de documentos não é uma figura regimental. O Sr. Deputado vai ter de especificar.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — Interpelo a Mesa no sentido de solicitar a distribuição de um documento.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, diga qual é o documento que quer distribuir, se faz favor.

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — É para atestar a competência na redução das emissões de gás de efeito estufa no combate às alterações climáticas. Vamos solicitar a distribuição do Relatório,...

Vozes do CH: — Oh!...

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Manda o *link*!

O Sr. **Miguel Matos** (PS): — ... do Estado do Ambiente, na sua última edição, porque o que o Sr. Deputado Ricardo Reis disse é extremamente falso e injurioso.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, penso que esse relatório é público e não será necessário que a Mesa o distribua.

Passamos à declaração política seguinte.

Sr. Deputado Pedro Pinto, pede a palavra para...?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para uma interpelação à Mesa para a distribuição de um documento, Sr. Presidente.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Está a doer!...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vamos ver que documento será esse, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para distribuir a página inicial da Iniciativa Liberal que surge na página de apoio a António Costa.

O Sr. **Ricardo Lopes Reis** (CH): — Ora aí está!

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Fica registado, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, também quer distribuir um documento? Mas vai ter de invocar uma figura regimental que exista!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Vou pedir para distribuir um documento nos mesmos termos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ao abrigo de que...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É um artigo da revista *Sábado* com um áudio,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não, Sr. Deputado, espere que ainda não lhe dei a palavra...

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... com um áudio,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, não... Sr. Deputado, vai ter de ter um bocadinho de paciência,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Senta-te lá!

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... com um áudio em que André Ventura admite...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é o quê?! Isto é o quê?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — ... agora vai-me ouvir, Sr. Deputado, vai-me ouvir. O Sr. Deputado pede a palavra para que efeito, que ninguém ouviu?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — É para uma interpelação à Mesa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A interpelação à Mesa é sobre...?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — *Por não ter falado ao microfone não foi possível registar as palavras do orador.*

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Essa figura não existe. É uma interpelação à Mesa sobre...?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ah, é uma interpelação à Mesa sobre a condução dos trabalhos. Então, o que é que tem a dizer sobre a condução dos trabalhos, Sr. Deputado?

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Muito obrigado, Sr. Presidente. Quero distribuir um artigo da revista *Sábado*,...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Isso vai ajudar ao andamento dos trabalhos?

Protestos do CH.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — ... que tem um áudio onde o Deputado André Ventura admite que o único socialista que o enganou, e onde ele votou, foi José Sócrates.

Protestos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não é verdade! És um mentiroso! Distribui, distribui lá!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Pedro Pinto! Ó Sr. Deputado Pedro Pinto!

Sr. Deputado Mário Amorim Lopes, vou-lhe dizer e o que lhe digo a si, serve para a generalidade dos Srs. Deputados: as revistas podem-se comprar, são de aquisição livre, as assinaturas também. Assim que o Sr. Deputado distribuir o documento, tenho a certeza de que o Sr. Deputado Pedro Pinto irá pedir para o documento ser lido na íntegra — espero que não —, na sessão.

Agora vamos criar condições para prosseguir os nossos trabalhos.

Tem a palavra, para uma intervenção, o Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Manuel João Vieira vai fazer a sua grande intervenção!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caros Concidadãos nas galerias: Começo esta intervenção por expressar o meu pesar para com as vítimas mortais dos últimos dias, fruto da tempestade que assola o nosso País, expressando também as condolências às suas famílias e a solidariedade para com as populações, em particular no centro do País, que enfrentam, ainda hoje, as consequências dessa tempestade.

Deixo uma palavra também de agradecimento e de apoio àqueles que estiveram, estão e continuarão a estar, nos próximos dias e próximas semanas, a trabalhar 24 sobre 24 horas para que a situação volte ao normal.

Aplausos do L.

Sabemos bem que nenhum país está imune a fenómenos extremos. Portugal não o está, certamente. Mas sabemos, em paralelo, que estes fenómenos extremos vão aumentar. É, precisamente, por isso, que o modo como nós iremos ser capazes de enfrentar estes fenómenos extremos é o que vai dar a resposta e definir o sucesso, ou o insucesso, na resposta do Estado português.

As consequências destes fenómenos extremos são visíveis. Vemo-las hoje: vidas perdidas, centenas de milhares de portugueses que, mais de 24 horas depois, continuam sem eletricidade, muitas delas sem água, algumas sem conseguir ter acesso a comida nas suas próprias casas. Isto não é sustentável. Pessoas que estão com medo. Pessoas que sentem, legitimamente, o abandono dos seus governantes.

A essas pessoas quero dizer que, naquilo a que ao Livre diz respeito, contem connosco, cá estaremos ao vosso lado para encontrar soluções para os vossos problemas.

O que é importante dizer, aqui, é que essas pessoas estão, já hoje, preocupadas em saber como vão pagar as obras nas suas casas. Porque, certamente, todos nós vimos as imagens de Leiria, da Marinha Grande, de outras cidades. Vimos telhados arrancados, vimos janelas partidas. Aquilo que nós, enquanto representantes dos portugueses, hoje temos de dizer a essas pessoas é que elas irão ser capazes de reconstruir as suas casas o mais rapidamente possível. Porque cada dia que elas tiverem as suas casas com uma janela partida, com um telhado arrancado, é um dia a mais em que o Estado está a falhar essas pessoas e essa é também a nossa responsabilidade coletiva.

É por isso que dizemos e repetimos muitas vezes, nesta Assembleia, que Portugal não está condenado a ser um País que corre atrás do prejuízo. Não estamos condenados a ser um País que apenas reage, e isso tem de passar por três prioridades, que devem ser um grande desígnio nacional: planeamento, preparação e prontidão.

Planeamento, para que antecipemos estes fenómenos extremos, sejam eles quais forem, naturais ou outros; para que haja uma linha de ação definida, antecipadamente, meses ou até anos, para que desse planeamento saia a preparação, uma preparação clara para que todos os agentes, para que os próprios cidadãos saibam aquilo que terão de fazer, se confrontados com um fenómeno extremo. E, finalmente, a prontidão, para que

assim que aconteça, o Estado, todas as entidades estatais reajam imediatamente, porque cada segundo perdido é um segundo onde nos arriscamos a mais gastos e até a mais perdas de vidas humanas.

Planeamento, preparação e prontidão. Este, sim, deveria ser o grande desígnio nacional; este, sim, deveria ser o grande pacto que sai da nossa Assembleia da República, hoje.

Aplausos do L.

Pedimo-lo depois do apagão, voltámos a pedi-lo hoje, esperando não ter de voltar a pedir daqui a uns meses, quando formos confrontados novamente com algum fenómeno extremo. Porque, no fundo, a escolha aqui é muito clara, é se queremos ter ou continuar a ter, na verdade, um País reativo, que corre sempre atrás do prejuízo e que aja apenas depois das consequências trágicas se verificarem, ou se queremos um país proativo. É esse o país que o Livre quer.

Isto passa por coisas muito concretas. Desde logo, passa por uma proposta que o Livre fez em sede de Orçamento do Estado e que voltará a apresentar: que o Estado garanta que todos os portugueses, todos os agregados familiares, desde logo aqueles mais frágeis economicamente, possam ter em suas casas um *kit* de emergência com coisas básicas como um rádio e uma lanterna a pilhas, água e alimentos para um par de dias, para que situações como aquelas que hoje muitas cidades portuguesas atravessam possam ser enfrentadas com mais segurança. Porque é essa segurança que vai também dar o conforto a estas pessoas de saber que o Estado está ao seu lado. Portanto, *kits* de emergência para todos os agregados familiares no nosso País.

Uma segunda proposta prende-se com a necessidade de termos infraestruturas públicas resilientes. Pensem bem o que seria se em Coimbra, na Marinha Grande, em Leiria, tivéssemos hoje equipamentos públicos, escolas, pavilhões gimnodesportivos equipados com sistemas energéticos de produção elétrica redundantes, sejam eles geradores a gasóleo,...

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Combustíveis fósseis?!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... sejam eles um sistema fotovoltaico, com baterias e inversores adequados, assegurando que ali, sim, havia eletricidade, que ali, sim, poderiam estar centenas, talvez milhares de portugueses acolhidos em segurança, sabendo que essa segurança não a conseguem ter nas suas casas.

Segundo ponto, infraestruturas públicas resilientes.

E, por fim, um terceiro ponto, que já aqui foi aflorado por mais de uma vez, o de assegurar um sistema de comunicação que não falhe, um sistema de comunicação que não esteja dependente das antenas telefónicas e que assegure que os portugueses possam ser contactados nestes cenários extremos. Uma vez mais, isto falhou; uma vez mais, aqui está o Livre a dizer: isto não pode voltar a acontecer.

Julgo que não exageramos se disser que estamos perante o interesse nacional e a defesa do interesse nacional, quando falamos destes três elementos. Falar de planeamento, falar de preparação, falar de prontidão da resposta do Estado português é e terá de ser um grande desígnio do nosso País. Para este desígnio, os portugueses sabem bem, podem contar connosco.

Espero que esta Câmara, no futuro próximo, possa também dizer, como o Livre, aos portugueses, «contarão connosco», para nunca mais lhes falhar perante um qualquer fenómeno como esta tempestade.

Aplausos do L.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Manuel João Vieira, 0.6!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, tem dois pedidos de esclarecimento. Quer dividi-los ou responde em conjunto?

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Em conjunto.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Em conjunto.
Sr. Deputado Bernardo Pessanha, do Chega, tem a palavra.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Sr. Presidente. Srs. Deputados, o Livre vem hoje falar de prontidão do Estado perante catástrofes e convém fazê-lo num momento em que o País acaba de ser duramente atingido pela tempestade *Kristin*, um momento que expôs mais uma vez as fragilidades do nosso sistema de resposta.

Aqui convém dizê-lo com clareza: houve atraso, houve falhas e houve ausência de liderança política. O Primeiro-Ministro falhou e demorou a decretar o estado de calamidade, um instrumento essencial para que empresas, trabalhadores e famílias possam aceder rapidamente aos apoios de que necessitam. Houve zonas do País que estiveram horas sem comunicações, e que ainda hoje se mantêm, e falhas graves no SIRESP.

A ausência de alternativas energéticas básicas como geradores a gasóleo, como referiu, e bem — vejo que está convertido aos combustíveis fósseis —,...

Vozes do CH: — Muito bem! Muito bem!

Aplausos do CH.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — ... e populações literalmente isoladas. E, pior ainda, assistimos a um Presidente da República que gosta de meter o bedelho em tudo, mas que na hora da verdade não se digna aparecer.

Perante isto, a pergunta ao Livre é simples e direta: quando falam de prontidão na resposta a catástrofes, estão a falar exatamente do quê? De mais relatórios, mais seminários, mais discursos bem-intencionados?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — Ou de propostas concretas que garantam resposta imediata com capacidade operacional real? Porque, Srs. Deputados, quando ouvimos o Livre falar de prontidão, não conseguimos evitar uma certa perplexidade. Estamos a falar do mesmo partido que defende a redução generalizada do tempo de trabalho, da semana dos quatro dias, e depois fala-nos de prontidão na resposta.

A Sr.^a **Madalena Cordeiro** (CH): — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

Protestos do L.

O Sr. **Bernardo Pessanha** (CH): — É que as catástrofes não respeitam agendas progressistas e a prontidão exige disponibilidade total e exige meios no terreno, não experimentalismo social.

E talvez esta desconexão com a realidade explique porque é que o Livre decidiu testar a sua prontidão eleitoral. Quando decidiu testar isso, o resultado foi aquele que todos conhecemos: ficou atrás do Manuel João Vieira.

Aplausos do CH.

Risos do L.

Não por acaso, mas porque os portugueses distinguem muito bem o que são discursos simbólicos e folclóricos da capacidade real para responder em momentos críticos.

Aplausos do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vinho branco canalizado!...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Pedro Vaz, do PS, tem a palavra, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Pedro Vaz** (PS): — Sr. Presidente, quando estamos perante elementos climatéricos extremos, e eles são cada vez mais frequentes no planeta, falamos de ondas de calor, chuvas intensas, inundações, secas, incêndios florestais ou rurais, furacões, tempestades, degelo, aumento do nível do mar, tudo isto derivado da ação do Homem no planeta e que merece uma resposta.

O Sr. Deputado falou aqui de planeamento e de prontidão; podemos considerar adaptação e resiliência das nossas sociedades às necessidades que atualmente atravessamos. Sabemos, está calculado, que todos estes efeitos das alterações climáticas têm tido prejuízos no planeta na ordem dos 300 mil milhões de dólares.

Aqui mesmo, em Portugal, estamos a assistir a um fenómeno extremo que terá muitos prejuízos, infelizmente, para empresas e famílias.

Portanto, quando falamos de prejuízos estamos a subtrair valor à nossa economia. Mas obviamente que a adaptação e a resiliência exigem um esforço da comunidade porque é necessário investimento, como o foram aqueles investimentos que o Sr. Deputado acabou de referir, é necessário investimento da comunidade, no sentido de nos tornar efetivamente mais resilientes, de nos tornar efetivamente aptos a dar resposta, seja a resposta da emergência, seja a resposta da prevenção.

Portanto, a pergunta que eu gostaria de fazer ao Sr. Deputado era se não acha que, por exemplo, um Governo de um país como o nosso não deveria optar por pegar nos seus recursos financeiros e adotar uma política fiscal responsável que lhe permita responder a esses desafios, ao invés de fazer uma política fiscal que dá mais dinheiro às grandes empresas, que dá isenções de IRS àqueles que já têm mais rendimentos ou que tenha políticas fiscais que ponham ainda mais dinheiro naqueles que já hoje conseguem adaptar-se e ser resilientes.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Jorge Pinto, para responder.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, começo por responder ao Sr. Deputado Pedro Vaz, agradecendo os dados que trouxe, porque eles são realmente reais.

Quando falamos de prontidão, quando falamos de respostas estatais falamos também de economia, porque a transição ecológica, a transição energética são também questão de economia e, como todas as questões de economia, são questões de escolhas.

Uma coisa muito concreta que eu falei ali, por exemplo, é da garantia que o Estado tem de dar a estas pessoas que viram as suas casas destruídas ontem. O Estado pode ter uma linha de crédito permanente para situações destas, pode ter um bolo financeiro pronto para que assim que haja uma situação destas, imediatamente o Estado chega-se à frente, sendo ressarcido posteriormente. Tudo isto são escolhas, certamente bem distintas daquelas que esta maioria que apoia o Governo tem querido tomar — acho que estamos, também nisso, de acordo.

Quanto ao Sr. Deputado Bernardo Pessanha, deixe-me começar com uma nota prévia para o seu Líder Parlamentar, porque eu não quis fazê-lo dali de cima, porque o assunto era demasiado importante. Mas sabe que estar a falar de vidas dos nossos concidadãos perdidas e ter de ouvir o Sr. Deputado Pedro Pinto a faltarlhes ao respeito e a faltar ao respeito à sua memória, com apartes jocosos,...

Aplausos do L e de Deputados do PS.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — És um aldrabão e um mentiroso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... é uma falta de respeito tremenda, que eu não vou deixar passar aqui em branco. Porque estar ali em cima a falar dos portugueses que perderam a sua vida e ter de ouvir o Sr. Deputado Pedro Pinto...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentiroso! És um mentiroso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... a faltar-lhes ao respeito e a faltar ao respeito às suas memórias é indecoroso...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mentiroso! É mentira!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... e é uma falta de respeito e não deixo passar isso em branco. Ponto final.

Protestos do CH.

Segundo ponto, no que diz respeito ao seu comentário recorrente e que o Sr. Deputado Bernardo Pessanha aqui trouxe, deixe-me dizer-lhe com toda a franqueza e olhos nos olhos, como o Sr. Deputado gosta de dizer: eu não tenho vergonha absolutamente nenhuma de ter ficado atrás do Vieira. Daquilo que eu teria vergonha era não de ter ficado atrás, mas de ter andado atrás do Vieira, ...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ah! Ah!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — ... mas do outro, do que deixou um calote de milhões aos portugueses,...

Risos do Deputado do CH Pedro Pinto.

... aquele de que o seu líder andou atrás, a pedinchar fotografias e a bajular diariamente. Disso eu teria vergonha e viria aqui pedir desculpa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Vai-te curar!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Do resto, não tenho vergonha absolutamente nenhuma. Tudo o que fiz, tudo o que disse, foi em defesa da nossa República, coisa a que o senhor é certamente muito alheio,...

Aplausos do L.

... mas cá estaremos para o educar, cá estaremos para o educar e para lhe explicar o que é defender a República. Não movendo um milímetro, sem qualquer problema.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aldrabão! Mentiroso!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Deputado Bernardo Pessanha, o seu problema, na verdade o problema do Sr. Deputado, o problema dos Deputados do Chega, é virem para estas sessões fazer pedidos de esclarecimento com as notas escritas pelos assessores antes de aqui entrarem.

Protestos do CH.

Porque se tivesse ouvido o que eu disse, já teria tido a resposta para a minha pergunta: eu dei os exemplos mais concretos possíveis, falei dos *kits* de emergência. Já apresentámos, voltaremos a apresentar, falei do *cell broadcast*, para não estarmos dependentes das torres telefónicas. Eu falei da necessidade de ter este plano financeiro que responda imediatamente às urgências dos portugueses. A prontidão, eu disse-a dali de cima, se tivesse ouvido, em vez de estar mais preocupado com os apartes que nem sequer fazem rir, como eu disse na semana passada, se calhar teria evitado essa pergunta e teria feito uma pergunta que teria sido útil para os portugueses. Não foi, tenho pena! O assunto é demasiado sério para ironias.

Da parte do Livre, a mesma seriedade, o mesmo respeito para com a memória dos portugueses que perderam as suas vidas e a mesma admiração para com aqueles...

Por ter excedido o tempo de intervenção, o microfone do orador foi automaticamente desligado.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Pedro Pinto pede a palavra. Para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Para defesa da honra da bancada, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para defesa da honra da bancada. Sim, senhor, tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, depois de ouvir a declaração do Sr. Deputado Jorge Pinto — bem-vindo de regresso a esta Casa —, tenho que defender a honra desta bancada.

Primeiro, porque alega que os nossos Deputados têm as intervenções escritas pelos assessores. Bom, eu sei que é prática no Livre, que vão ao *ChatGPT* e vão tentar fazer as intervenções, e é por aí que vão fazer as intervenções. Aqui não, aqui cada um tem pensamento próprio, ao contrário de vocês. Ao contrário de vocês!

Aplausos do CH.

Aliás, já a Deputada Joacine Katar Moreira dizia isso do Grupo Parlamentar do Livre, que é um grupo de sonsos, um grupo de sonsos,...

Protestos do L.

... vocês todos — é ela quem o diz, não sou eu — um grupo de sonsos que foi eleito pelo povo português.

Mas quero-lhe dizer mais: o senhor é um mentiroso. Olhos nos olhos: o senhor é um mentiroso. É um mentiroso porque eu não faltei ao respeito a ninguém, não faltei ao respeito ao povo português e muito menos faltei ao respeito às vítimas da tragédia. O senhor está a fazer um aproveitamento político, um aproveitamento político que não tem razão nenhuma.

Aplausos do CH.

É a extrema-esquerda a falar. É um aproveitamento reles, reles porque é o que os senhores são.

Mas, ó Sr. Deputado, tem que ouvir uma coisa: percebo que o senhor ainda está a curar as feridas que teve durante a sua campanha eleitoral, mas havia uma coisa que poderia ter feito, se quer ter tanta dignidade e dar tanta dignidade a esta Casa: era ter suspenso o seu mandato...

Aplausos do CH.

... e não estar a receber dinheiro à conta dos portugueses, enquanto andou a fazer campanha eleitoral.

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

Era isso que o Sr. Deputado devia ter feito. O Sr. Deputado é uma fraude, a sua candidatura à Presidência da República foi uma fraude, o Livre é uma fraude.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado! Sr. Deputado!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — O Livre é uma fraude a todos os portugueses, a todos os Deputados, e vocês felizmente...

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado! Sr. Deputado Pedro Pinto! O Sr. Deputado pediu para defender a honra.

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

Já lhe devolvo a palavra.

Até um certo ponto, estive a defender a sua honra. A partir de um certo ponto, já não estava a defender a sua honra. Portanto, se é para defender a honra, peço que se cinja à defesa da honra em relação àquilo que sentiu, que considerou que a sua honra foi ofendida.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem que ligar o microfone, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem, Sr. Presidente, é que o Grupo Parlamentar do Chega tem honra, o Grupo Parlamentar do Livre não tem honra, portanto, não a pode defender nem eu poderia ter atacado a honra do Grupo Parlamentar do Livre.

Aplausos do CH.

Para terminar, Sr. Presidente, quero dizer apenas que é indigno tudo aquilo que o Sr. Deputado Jorge Pinto disse, eu não poderia ter ficado calado perante isto. É lamentável,...

Voz do CH: — E é mentira!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — ... é uma mentira e um aproveitamento político das vítimas da tragédia. Lamento imenso que o Livre esteja aqui, neste Parlamento, apenas para o fazer.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Jorge Pinto pede a palavra para dar explicações. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente,...

Burburinho na bancada do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Srs. Deputados, o Sr. Deputado Pedro Pinto foi ouvido na defesa da honra. O Sr. Deputado Jorge Pinto tem o direito de prestar os esclarecimentos que entender. Vamos ouvi-lo com atenção.

Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, já é mais ou menos conhecido nesta Câmara, com quase dois anos de atividade da minha parte, que não me deixo atralhar, não me deixo levar pelas emoções por parte daquilo que é dito pela bancada da extrema-direita.

Protestos do CH.

A única coisa que faço, até porque é factual, é que, vejamos, apreciando o trabalho de quem aqui diariamente tem de passar muito tempo a anotar os apartes que vêm da extrema-direita, é ver os apartes, é ver o seu conteúdo, o seu teor, quando os outros Deputados falam.

E eu dou um exemplo muito claro: quando subi àquela tribuna há uns meses para falar sobre as vítimas dos incêndios no verão passado, convido as pessoas, porque o documento é público, a ir ver a ata dessa sessão. Convido as pessoas a ir ver os apartes, que ficaram registados, veja-se lá de quem? Do Sr. Deputado Pedro Pinto!

Vozes do L: — Muito bem!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Portanto, isto é recorrente!

Vozes do CH: — Devias trabalhar mais!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Que o Sr. Deputado ache que nós esquecemos ou que ache que o Livre come e cala, Sr. Deputado, está muito enganado.

Continuação de protestos do CH.

Tenho aqui seis Deputados que valem por mais de 60 do seu lado.

Risos do CH.

E no que de nós depender, no que de nós depender, sempre com elevação, sempre tendo em conta o supremo interesse do nosso País e da nossa população. Porque de fraudes estamos nós conversados!

Protestos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Srs. Deputados!

Sr. Deputado, só um momento.

Srs. Deputados, eu considero — talvez mal, mas é o meu entendimento — que o momento em que uma bancada invoca a defesa da honra, por considerar que a sua honra foi ofendida, e uma outra bancada presta os esclarecimentos que entende ou que considera devidos, não é um momento parlamentar qualquer.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Muito bem!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Não é um momento parlamentar qualquer. A menos que os Srs. Deputados considerem que a honra é uma coisa qualquer! Eu penso que não é. Portanto, peço aos Srs. Deputados que deixem ouvir as explicações do Sr. Deputado Jorge Pinto, como todos deixaram ouvir o pedido de defesa da honra do Sr. Deputado Pedro Pinto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Menos o meu!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Foi bem ouvido, Sr. Deputado.

Sr. Deputado Jorge Pinto, faça favor, pode retomar a palavra.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Muito obrigado, Sr. Presidente.

E não me queria alongar, mas queria acabar precisamente com essa nota de achar que alguém vindo da bancada do Chega, ainda para mais de todas as bancadas, da do Chega,...

Protestos do CH.

... ataca a honra e a dignidade de qualquer um destes seis Deputados, Sr. Deputado, deixe-me dizer-lhe, está muito enganado no alvo!

E um último ponto, porque o senhor deve estar esquecido, ou se calhar não é bem o seu trabalho parlamentar, mas se acha que por eu não ter suspenso o meu trabalho parlamentar isso fez com que eu reduzisse a minha atividade, olhe, pergunte à minha equipa, veja as perguntas que introduzimos, veja os projetos de resolução que introduzimos entretanto,...

Protestos da Deputada do CH Marta Martins da Silva.

... que foram também trabalho parlamentar.

Protestos do CH, em que alguns Deputados fizeram um gesto com os dedos a simbolizar dinheiro.

Trabalho parlamentar é muito mais do que estar sentado na última fila a mandar bocas. É trabalhar diariamente, é produzir documentos que melhoram a vida dos portugueses, e isso não deixei de fazer durante uma hora que fosse durante a minha candidatura presidencial.

Aplausos do L e de Deputados do PS.

Burburinho na bancada do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Bom, ultrapassado este momento, passamos à declaração política seguinte, que é do PCP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Devolve o dinheiro! Devolve o guito!

Protestos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Vamos dar a palavra à Sr.^a Deputada Paula Santos, para fazer a sua declaração política e eu peço aos Srs. Deputados do Chega e do Livre que criem condições para a Sr.^a Deputada Paula Santos intervir.

Burburinho na bancada do CH.

Sr. Deputado Pedro Pinto! Sr. Deputado!
Sr.^a Deputada, faça favor!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Na ânsia de acelerar a concretização da sua política de destruição dos serviços públicos para favorecer o negócio dos grupos privados, no final da semana passada, o Governo confirmou a intenção de privatização dos setores mais rentáveis do transporte ferroviário de passageiros e de destruição da CP (Comboios de Portugal).

Sim, destruição da CP, porque caso seja retirada à CP a operação dos serviços suburbanos mais rentáveis em Lisboa e no Porto, sub-concessionando-os aos grupos privados, coloca em causa toda a operação da CP no País.

Não se trata somente de um problema para os utentes das linhas de Sintra, Azambuja, Cascais, Sado e Porto. É um problema para os utentes em todo o País, porque a CP é um todo, em que a operação nas linhas mais rentáveis compensa as demais e é o que permite a existência de serviço público no território nacional.

De certa forma, pode até afirmar-se que funciona numa lógica de solidariedade inter-regional e mesmo de coesão territorial.

É com tudo isto que o Governo pretende acabar, com a subconcessão das linhas suburbanas em Lisboa e no Porto. É deliberado, é opção.

Os problemas com que a CP se confronta resultam de opções políticas de sucessivos Governos, que se recusaram a fazer os investimentos necessários para reforçar o transporte público ferroviário, nomeadamente

com a destruição da capacidade de produção em Portugal, a obsolescência e a falta de material circulante ou o encerramento de centenas de quilómetros de linhas de caminhos de ferro.

É muito esclarecedor que, depois de décadas sem que se tenha produzido ou comprado um único comboio em Portugal, e quando finalmente essa compra está aparentemente garantida, conforme anunciou também o Governo, se avance agora com este anúncio.

Na verdade, o que o Governo se prepara para fazer é entregar comboios que a CP está a comprar, incluindo as automotoras para a alta velocidade, aos grupos económicos privados, a quem quer concessionar as linhas, como, aliás, aconteceu com a Fertagus, uma empresa privada que opera na infraestrutura pública, com comboios públicos cedidos pela CP, e que, em mais de 25 anos, não adquiriu um único comboio, apesar de receber pelo passe Navegante o dobro das compensações da CP e ter bilhetes com o dobro do preço da CP.

Para os que suspiram por mais privatizações, a vida tem demonstrado que o único objetivo desta empresa foi a maximização do lucro a partir da exploração da operação, sem ter feito, ao longo destes anos, qualquer investimento digno desse nome, com os resultados que estão à vista: comboios sobrelotados, supressões de circulações, degradação das condições de transporte, atrasos cada vez mais frequentes, utentes que ficam nas plataformas das estações, porque não conseguem entrar no comboio.

O agravamento da situação do serviço da Fertagus para milhares de utentes atingiu um nível insuportável. A Fertagus, que nunca comprou um comboio, está à espera de que agora o Estado lhe ofereça mais comboios, para poder aumentar a oferta, enquanto a CP está proibida de operar nesta linha, para a qual poderia estar a fazer alguns serviços e a aumentar a oferta de transporte público ferroviário.

No entanto, o Governo PSD/CDS, tal como havia feito o do PS, prolongou a concessão, que não funciona, quando a simples integração na CP deste serviço permitiria uma melhor rentabilização do material existente e um aumento da oferta.

A privatização e a pulverização das empresas a operar na ferrovia é contrária ao interesse nacional. É uma opção que apenas serve os interesses e o lucro dos grupos económicos, à custa da mobilidade das populações, da segurança e da fiabilidade do sistema e dos recursos públicos, sempre negados à CP.

A liberalização funciona sempre da mesma forma: comprime a oferta à oferta solvente e promove a concentração monopolista a médio prazo, ou seja, enche os bolsos dos grupos económicos e das multinacionais, prejudica a vida das populações e o desenvolvimento do País.

Porém, na ferrovia funciona ainda pior, pois a ferrovia é um meio onde só a cooperação promove eficácia. Múltiplos operadores, múltiplos reguladores, múltiplos contratos-programa, agentes tendo o lucro como único e verdadeiro objetivo, são um convite ao desastre e não ao aumento da eficácia.

Foi isso que os governantes do Reino Unido foram obrigados a reconhecer, depois de centenas de mortes e milhares de milhões de libras gastos a alimentar os que parasitaram os recursos públicos.

Com este anúncio de subconcessão de linhas da CP, o Governo insiste num modelo que já comprovou ser prejudicial para as populações.

O Governo deveria aprender com os erros. A degradação da CP também já é de sua responsabilidade, pelas medidas erradas que tomou e pelas medidas que deveria ter tomado e não tomou, nomeadamente: a concretização, de facto, da aquisição dos comboios; o reforço da capacidade de manutenção e produção de material circulante, assim como o alargamento da oferta de transporte público; a concretização do projeto de linha de alta velocidade; a autorização da CP para reforçar a oferta de transporte ferroviário entre Setúbal e Lisboa; a integração da infraestrutura na CP; a reabertura de caminhos de ferro, assim como a garantia da guarnição das estações e apeadeiros; a reposição das ligações internacionais atualmente interrompidas; e o reforço do número de trabalhadores na CP e a sua valorização.

O Governo deveria também aprender com a experiência concreta do nosso País, aprender com o que tem sido o negócio ruinoso das PPP, em que se privatizam lucros, se socializam os custos, se mutualizam investimentos e se privilegiam os interesses das multinacionais.

O que é urgente é reverter esse processo de liberalização. É preciso mesmo outra política, uma política que defenda o interesse público, que assuma o investimento no aumento da oferta de transporte público, que faça o País avançar para uma vida melhor.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — A Sr.^a Deputada tem seis pedidos de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Olha...! E bem!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Dividimos ao meio?

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — É no meio que está a virtude, segundo dizem, não é? Muito bem, então tem a palavra a Sr.^a Deputada Angélique Da Teresa, da Iniciativa Liberal.

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada do PCP, naturalmente que nas declarações políticas não há «monotemas», mas, no dia de hoje, em que finalmente o Governo acordou e decretou o estado de calamidade nas zonas mais afetadas por esta tempestade, para o PCP, a verdadeira calamidade é a vontade do Governo em avançar com uma proposta da Iniciativa Liberal para a ferrovia.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Demagogia!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — O Governo está a pensar avançar com subconcessões de serviço, para permitir a entrada de privados, para que haja concorrência e para que o serviço seja melhorado.

O Sr. **Mário Amorim Lopes** (IL): — Finalmente!

Vozes do L e do PCP: — Não há!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — E isso é um drama para quem? Para o PCP português, que não anda de comboio e que apela à luta dos trabalhadores contra tudo e contra todos.

Para as pessoas que realmente precisam deste meio de transporte, o que verdadeiramente importa é ter um serviço a tempo e horas, com cadência adequada nas horas de ponta. Isto já acontece em França, em Itália e na Alemanha, só para citar alguns exemplos.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — No transporte urbano não há concorrência!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Por isso, convinha que parassem de inventar fantasmas onde eles não existem, ou melhor, continuem que realmente vão no bom caminho.

A minha pergunta, Sr.^a Deputada, era a seguinte: andaria num desses comboios liberais, em França ou na Alemanha, ou preferia ficar no apeadeiro?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Jorge Pinto, do Livre, tem a palavra.

Pausa.

Sr. Deputado Jorge Pinto, faça favor.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Peço desculpa, Sr. Presidente, são tantos Pintos, que às vezes a coisa complica.

Risos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Há os Pintos bons e os Pintos maus!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Eu vi que o Sr. Deputado estava entretido com outra coisa qualquer.

Risos do Deputado do L Jorge Pinto.

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, agradeço ter trazido hoje a debate este tema, que, sim, é importante, como se não fosse importante falar de ferrovia, como se não fosse importante falar de mobilidade no nosso País.

Nesse sentido, quero dizer-lhe que concordo com muito daquilo que disse. Acho que os exemplos de privatização que aconteceram noutros países, nomeadamente no Reino Unido, que aqui citou também, provam bem os problemas e o falhanço desse modelo.

Contudo, aquilo que está em causa naquela que parece ser a proposta do Governo — na verdade, uma reciclagem de uma proposta que o Governo de direita já há mais de uma década tentou implementar no nosso País — tem um grande problema, que é, no fundo, acabar com esta visão de rede para a ferrovia no País.

Porque nós, quando queremos concessionar apenas uma parte da rede, independentemente dos seus méritos, em relação aos quais o Livre é bastante cético, o que está em causa é que o Estado deixa de ter acesso a esta visão de rede de ferrovia.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Claro!

O Sr. **Jorge Pinto** (L): — E isso é problemático. É problemático, porque deixamos de ter um Governo que é capaz de agir, planear e pensar o País, pensar a ferrovia, no seu todo, porque concessionaria algumas linhas — certamente, aquelas que são mais lucrativas, não vai concessionar as linhas que dão prejuízo — e com isso abdica de um papel que o Estado tem de ter, que é o de coordenador da linha de ferrovia no nosso País.

Protestos da Deputada da IL Angélique Da Teresa.

Portanto, é com muita preocupação que nós vemos estas declarações, esta vontade, esta proposta do Governo de avançar com esta concessão de algumas linhas.

E, no fundo, as perguntas que tenho para a Sr.^a Deputada são duas e muito simples. Em primeiro lugar, de que modo é que acha que isto afeta a sustentabilidade financeira da CP, ao perder uma parte das linhas lucrativas que tem? E, em segundo lugar, que é o ponto principal na nossa perspetiva, que impacto é que isto tem na visão de coordenação da rede nacional de ferrovia por parte da CP?

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Moniz, do PSD, tem a palavra para pedir esclarecimentos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a rede do Manuel João Vieira? Qual é a rede dele?

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, ouvi atentamente a sua intervenção e gostaria de relembrar que, em janeiro, o Conselho de Ministros aprovou um programa de mobilidade integrado, com vários eixos, em que a ferrovia assume naturalmente um papel central.

Este Governo realça também que nós atingimos um recorde de 200 milhões, mais de 200 milhões de passageiros transportados, no ano passado,...

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — É verdade! É factual!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — ... e assume também o compromisso com a alta velocidade, em que quer que a CP lidere a atividade da alta velocidade, crie oficinas dedicadas e possa adquirir até 20 automotoras. É uma aposta inequívoca.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Aprenderam connosco! É só dar continuidade!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A questão das subconcessões levanta legitimamente uma preocupação que a todos assola. Estamos a falar de um problema, de uma opção e de uma barreira ideológica, ou não? Vamos esclarecer isso, de forma absolutamente clara, com a sua resposta à minha pergunta. E a minha pergunta é só uma.

Nós ouvimos o Sr. Presidente da Câmara Municipal de Cascais pretender concorrer à subconcessão da Linha de Cascais, em parceria com a Câmara Municipal de Oeiras e a Câmara Municipal de Lisboa.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Isso é que havia de ser bonito!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — A pergunta que lhe faço é muito simples: se, porventura, eles ganharem esta concessão — e, como reconhecerá, as câmaras são entidades 100 % públicas —, nesta circunstância, a Sr.^a Deputada e o PCP continuam contra as subconcessões, ou o problema é das empresas que dão lucro, que infelizmente têm de dar lucro para poderem sobreviver, para se poderem proteger das crises, para protegerem os trabalhadores e para também poderem pagar melhor?

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Pagar melhor?!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — As empresas têm de dar lucro, para criarem riqueza e para terem forma sustentada de ser um parceiro económico. Nós não temos vergonha nem medo das empresas que dão lucro.

Temos um foco no passageiro, e reafirmo a pergunta: se a subconcessão for pelas câmaras municipais, a Sr.^a Deputada e o PCP são contra ou a favor?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr.^a Deputada Paula Santos, tem a palavra para responder.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, eu agradeço as questões que me foram colocadas pela Sr.^a Deputada da IL, pelo Sr. Deputado Jorge Pinto e pelo Sr. Deputado Paulo Moniz.

Eu queria começar pela Iniciativa Liberal. Para além da desonestidade presente na sua intervenção, revelou um total desconhecimento da realidade, um total desconhecimento.

Sabe, Sr.^a Deputada, provavelmente não conhece a realidade dos utentes que utilizam a linha ferroviária entre Setúbal e Lisboa, mas eu conheço. Eu circulo nessa linha ferroviária. E sabe o que é que acontece? Atrasos,...

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — E a culpa é da empresa?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... supressões, comboios sobrelotados. Sabe porquê? Porque a empresa privada que lá está há mais de 25 anos...

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — É importante a concorrência!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Não, agora oiça, para saber tudo, porque isto é a consequência das vossas opções políticas, daquilo que vocês defendem.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): —É verdade!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Oiça, sabe porquê? Porque a empresa privada que lá está, ao longo destes anos, não comprou um comboio. Veja lá, um comboio!

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Vai pôr o comboio onde?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — São exatamente os mesmos comboios que existiam há 25 anos! E veja, comboios públicos, comboios que são do Estado. A rede é pública!

Portanto, aquilo que a Sr.^a Deputada veio aqui dizer é que as populações podem ser prejudicadas, que os utentes podem ser prejudicados, porque os lucros têm de ir para os grupos económicos e não há investimento.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Claro!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Não disse isso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E é uma linha em que os Governos — e aqui PS, PSD e CDS-PP têm responsabilidade — impediram que a CP pudesse operar.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — Se fosse o PCP, estava tudo bem!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Mesmo agora, em que os comboios circulam sobrelotados, em que as pessoas ficam na plataforma porque não conseguem entrar no comboio, não se permite à CP reforçar o serviço nessas linhas, para servir os utentes.

Veja bem, quem é que defende os utentes? Não é a IL, é o PCP.

Sr. Deputado Paulo Moniz, quero dizer-lhe o seguinte: a situação da CP, aliás, os problemas que ela enfrenta resultam das opções políticas. Aliás, como tive a oportunidade de dizer ali da tribuna, resultam das opções políticas de negar o investimento à CP, para, de facto, se modernizar e alargar a oferta de transporte público.

Veja bem, ao longo de décadas, não foi comprado nenhum comboio. Não foi produzido em Portugal, porque destruíram a empresa, nem comprado nenhum comboio.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Agora, vão entregar aos privados!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — E, veja bem, agora que está em cima da mesa a possibilidade de se adquirir comboios, o que é que o Governo pretende fazer? Não é reforçar a resposta por parte da CP; é abrir um concurso, para que os grupos privados possam fazer aquilo que a Fertagus está a fazer na linha entre Setúbal e Lisboa. É isso que os senhores querem fazer. É inaceitável, inacreditável!

O Sr. **Paulo Moniz** (PSD): — Não é isso!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Ou seja, mais uma vez, o investimento é público e os lucros são privados.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E as subconcessões?!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Deputado Jorge Pinto, eu agradeço as questões que formulou. Na intervenção, tive a oportunidade, de facto, de chamar a atenção para a preocupação que traz. Para além de estar claramente presente uma opção privatizadora, como se fosse um problema o País ter empresas públicas, nem sequer aprendem com os erros e com os erros de outros países, porque outros países liberalizaram e agora estão a recuar, exatamente pelos prejuízos que isso causou.

Aquilo que este Governo pretende fazer, sim, coloca em causa a coesão territorial e, sim, é o caminho para a destruição da CP.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Gonçalo Lage** (PSD): — E as subconcessões?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Rui Cardoso, do Chega.

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Paula Santos, costuma dizer-se que o comboio da história só passa uma vez e, ouvindo a Sr.^a Deputada a falar ali da tribuna, vê-se bem que o Partido Comunista ficou parado no apeadeiro há muito, muito tempo.

Risos do CH.

Porém, numa coisa estamos de acordo com o Partido Comunista: é que, de facto, os comboios, as carruagens, os equipamentos, estão obsoletos, estão gastos, estão envelhecidos, fazem-me até lembrar os velhos comboios da União Soviética e dos países comunistas, onde nem linhas ferroviárias existem.

Aplausos do CH.

Mas aquilo que eu hoje esperava da Deputada Paula Santos era que viesse aqui falar da Linha do Alentejo,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — ... uma obra tão importante para Portugal, a qual temos de garantir que, efetivamente, serve o desenvolvimento dos territórios do interior, nomeadamente do Alentejo.

Mas o Partido Comunista já não fala do Alentejo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — Mas porque é que o Partido Comunista já não fala do Alentejo? Talvez porque o Partido Comunista se aliou com o PSD e com o CDS — vejam bem! — na Câmara de Beja. Na Câmara de Beja, o Partido Comunista ao lado do PSD e do CDS.

Aplausos do CH.

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Nuncio.

Nós preocupamo-nos com o Alentejo. A Linha do Alentejo perde 60 milhões de euros de fundos comunitários por atrasos,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — ... por derrapagens nas obras, o que acontece sempre, sempre na 3.^a República ao longo destes anos: derrapagens nas obras, fundos comunitários que se perdem.

O que é que o Partido Comunista tem a dizer sobre isto?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Nada!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — No Chega temos uma opção e uma posição muito clara relativamente a esta matéria: garantir que o utente está no centro, que o passageiro está no centro, independentemente de o prestador do serviço ser uma entidade pública ou privada...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — ... e, acima de tudo, que as populações do Alentejo, os nossos empresários, têm condições para usufruir de uma Linha do Alentejo com condições, de Sines até ao Caia.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado José Carlos Barbosa, do PS.

O Sr. **José Carlos Barbosa** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Pinto Luz deixou de ser o ministro da propaganda para ser o cangalheiro da CP — com muito respeito pela profissão de cangalheiro —, mas este é um cangalheiro diferente: é um cangalheiro que quer enterrar uma empresa que está viva, uma empresa que está a dar lucro, uma empresa que tem comboios, uma empresa que vai receber comboios novos.

Protestos do CH.

Eu dou-vos os números, Srs. Deputados: 175 comboios novos nos próximos anos. Isto, sim, é obra! É obra do Partido Socialista, Srs. Deputados.

Aplausos do PS.

Protestos do CH e da IL.

Mas esta é uma concessão diferente, porque há aqui uma coisa que sabemos: nós, há oito anos, apanhámos uma empresa com menos 50 % de passageiros, e se hoje a empresa bate recordes, é porque nós fizemos trabalho, injetámos comboios na rede, recuperámos comboios, abrimos oficinas,...

Aplausos do PS.

... e aquilo que vocês querem fazer hoje não é aumentar a concorrência; é criar uma renda, porque nenhuma empresa privada vai trazer comboios, e sem comboios novos não há concorrência, meus senhores, não há concorrência.

Aplausos do PS.

O mercado de longo curso está liberalizado, e eu pergunto à Sr.^a Deputada da IL porque é que os privados não entram no mercado liberalizado de longo curso, porque é que eles não compram comboios.

A Sr.^a Deputada da IL deu aqui exemplos: da França, onde o incumbente é público; da Suíça, onde o incumbente é público; da Alemanha, onde o incumbente é público. Se calhar, esqueceu-se de dar o exemplo da Itália, em que o incumbente é público, mas não deu o exemplo de Inglaterra, porque é um exemplo que falhou, as concessões falharam, Sr.^a Deputada. É um exemplo que falhou. Esta é a verdade.

Aplausos do PS e do L.

Sr.^a Deputada, eu dou-lhe uma dica em relação ao Chega: a última vez que um Deputado do Chega falou aqui, não sabia que havia uma estação de comboios em Leiria. É isto que o Chega sabe sobre ferrovia.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para pedir esclarecimentos, tem a palavra o Sr. Deputado Fabian Figueiredo.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Enlouqueceu! Tens de tomar os comprimidos! É tão baixinho! E Portalegre, sabes onde é?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pinto, deixe lá prosseguir os trabalhos.

O Sr. **João Carlos Barbosa** (PS): — Deixe lá andar o comboio!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, Sr.^a Deputada Paula Santos, deixe-me cumprimentá-la por ter trazido este tema ao Hemiciclo, porque só não entende a urgência do tema quem vive longe do drama diário do que é depender do transporte ferroviário para chegar ao trabalho, para ir estudar. Por isso é que disse de forma tão clara e certamente surpreendente para os Srs. Deputados que olham para este problema com palas ideológicas que o problema da Fertagus se deve a uma gestão privada incompetente e que não apresenta os mesmos resultados que a gestão pública, porque o modelo de concessão falhou.

Mas é também curioso que, nestes debates, a Iniciativa Liberal nunca refira a liberal Inglaterra, que privatizou a ferrovia na década de 90 e que, entretanto, já renacionalizou nove empresas ferroviárias. Porquê? Porque um Governo de direita chegou à conclusão de que a concessão aumentou os preços, piorou os horários, piorou as infraestruturas e, portanto, está há vários anos a renacionalizar as empresas de transportes.

O Sr. **Jorge Miguel Teixeira** (IL): — A história não é essa!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Por isso, pergunto-lhe, Sr.^a Deputada Paula Santos: pode esclarecer o Hemiciclo sobre o porquê de a gestão pública ser tão necessária para termos um serviço público de transporte de qualidade, que chegue a tempo e horas?

O Sr. **Rui Cardoso** (CH): — E não chega a lado nenhum!

A Sr.^a **Angélique Da Teresa** (IL): — Desonestidade!

O Sr. **Presidente**: — Para responder aos pedidos de esclarecimento, tem a palavra a Sr.^a Deputada Paula Santos.

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Presidente, queria agradecer o conjunto de questões dos Srs. Deputados Rui Cardoso, José Carlos Barbosa e Fabian Figueiredo.

Começando pela questão colocada pelo Chega, quero dizer que, além da habitual retórica, que já é comum, de quem não quer abordar o tema, de quem foge de assumir posições, veio atirar areia para os olhos.

Querer ignorar as consequências que a privatização destas linhas suburbanas vai significar para os utentes — e não é só destas linhas, é para o País, porque se a CP retirar as linhas mais rentáveis, coloca em causa toda a operação da CP — significa que, mais uma vez, o Chega assume uma posição contrária aos interesses dos utentes,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meus Deus!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — ... sempre ao lado dos grupos económicos para favorecer os seus interesses. Olhe, defender a Linha do Alentejo é defender a CP. Ou o Sr. Deputado acha que, se a CP perder estas linhas suburbanas rentáveis, algum grupo privado vai assegurar as demais linhas? Não vai!

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Se houver pessoas lá!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Portanto, aquilo que defende as populações de todo o nosso País, aquilo que defende a coesão territorial no nosso País é, de facto, a defesa desta empresa, com o investimento público que é necessário fazer e com o alargamento da oferta.

E, sim, nós temos colocado em cima da mesa, ao longo de todos estes anos, a necessidade desse investimento e não aquilo que, sistematicamente, se tem vindo a fazer e que este Governo se prepara para fazer — e o Chega, mais uma vez, para dar respaldo a tudo isso —, que é degradar o serviço público ferroviário e é destruir uma empresa que é fundamental.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E Beja, explique lá!

A Sr.^a **Paula Santos** (PCP): — Sr. Deputado Carlos Barbosa e Sr. Deputado Fabian Figueiredo, de facto, está demonstrado — creio que o exemplo do Reino Unido é muito claro —, e basta olhar para um exemplo que temos aqui no nosso País, da Fertagus, na linha ferroviária entre Setúbal e Lisboa, e vou voltar a referir: além de não ter comprado um único comboio neste tempo, está agora à espera de que o Estado e o Governo lhe atribuam mais comboios da CP. É inacreditável tudo isto que está a acontecer!

Portanto, creio que ficou claro que este modelo de liberalização não serve as populações, não serve o País. Aquilo de que nós precisamos é, de facto, de um investimento claro na CP, tal como referi, um investimento claro no material circulante, no alargamento da rede, de mais horários, de mais comboios, do reforço do número de trabalhadores, de reversão, já agora, de integração da linha de Setúbal e Lisboa na CP.

Estes são aspetos fundamentais para que possamos ter coesão e para que possamos dar a resposta a que as populações têm direito no que diz respeito ao transporte público ferroviário.

Aplausos do PCP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para a declaração política seguinte, tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida, do CDS-PP.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Juan Rodríguez, Coronel da Guarda Nacional, sequestrado a 2 de outubro de 2019, por, supostamente, estar envolvido numa tentativa de assassinato de Nicolás Maduro. No seu julgamento, não foi apresentado qualquer indício e muito menos prova, o que não impediu que fosse condenado a 30 anos de prisão.

Fernando Venâncio, agricultor e comerciante, sequestrado a 4 de agosto de 2024, após um homicídio que ocorreu junto a uma propriedade sua. Foi chamado para prestar declarações e detido por, supostamente, haver contra si um caso pendente desde 2019. Até hoje, a sua família e o advogado desconhecem que caso era esse e do que era Fernando suspeito.

Héctor Ferreira, empresário, sequestrado a 9 de setembro de 2022, foi levado da sua empresa numa altura em que procuravam um empregado seu. Entretanto, tentaram vinculá-lo a um processo de branqueamento de capitais, processo esse no qual a empresa envolvida declarou não ter qualquer relação com Héctor.

Adrián de Gouveia, Major da Força Aérea, sequestrado a 20 de maio de 2025, acusado de traição, rebelião e conspiração com um Governo estrangeiro. No entanto, até à data, as autoridades não iniciaram qualquer investigação que permitisse ligar Adrián à operação que estaria em causa.

Jaime dos Reis, sequestrado a 18 de julho de 2025, foi acusado de incitamento ao ódio e associação criminosa. Jaime é padrinho de Ana Karina Garcia, política venezuelana exilada na Colômbia.

Manuel Ferreira, médico, Pedro Fernandes, têm histórias semelhantes. E o que têm estas pessoas em comum? Três coisas: são portugueses, são presos políticos e são vítimas da repressão do regime comunista, criminoso e opressor de Maduro.

Aplausos do CDS-PP e de Deputados da IL.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, temos uma obrigação de solidariedade e um imperativo de ação para com estes compatriotas nossos e para com as suas famílias.

No dia 3 de janeiro, a Venezuela foi libertada do seu carrasco, mas o horror causado, primeiro por Chávez e depois por Maduro, não terminou nesse momento. Há mais de 700 presos políticos na Venezuela.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sabemos que foram libertados e que estão em processo de libertação presos políticos de vários países. Saudamos a libertação de Carla da Silva, primeira presa política portuguesa a sair da prisão, também ela condenada sem provas e mantida presa durante mais de cinco anos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas temos de exigir mais pelos que ainda estão presos e pelas condições a que estão sujeitos os que foram libertados, seja a apresentações regulares, seja a proibição de declarações aos media ou proibição de deslocações ao estrangeiro.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, durante mais de 30 anos, o comunismo destruiu a Venezuela e matou os sonhos do seu povo. Prendeu, torturou e matou milhares de pessoas, entre as quais muitos portugueses, e obrigou muitos outros a abandonar o país onde tinham vivido, crescido e até nascido, deixando para trás tudo o que tinham construído.

Esse horror teve o seu início do fim a 3 de janeiro de 2026, mas há ainda um longo caminho a fazer.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Há que libertar imediatamente, sem restrições, todos os presos políticos!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A Juan, a Fernando, a Héctor, a Adrián, a Jaime, a Manuel, a Pedro,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Não se pode dizer os nomes!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... a Carla e às suas famílias, portugueses como nós, dizemos convictamente: não estão sozinhos, não os esquecemos, não ficam para trás!

Aplausos do CDS-PP e de Deputados do PSD, do CH e da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem cinco pedidos de esclarecimento. Como deseja dividir?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Respondo um a um, Sr. Presidente.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Grande João!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, tem a palavra o Sr. Deputado Bruno Ventura, do PSD, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Caro Deputado João Almeida, deixo uma palavra de agradecimento pelo importante tema que trouxe hoje no mundo em mudança.

Quero dizer-lhe, em primeiro lugar, que partilho grande parte das suas preocupações e da sua classificação sobre a tirania na Venezuela, mas hoje gostava de lhe trazer aqui uma questão sobre uma outra geografia.

Como se sabe, nos últimos dois anos, resultado da operação militar israelita em Gaza, o País assistiu com intensidade a um ciclo mediático, a um movimento ativista intenso em nome da causa humanitária e sobre a tragédia que a população civil palestina viveu em Gaza.

Não temos nenhum obstáculo a essa luta. Para nós, a dignidade da vida humana nesta bancada não tem nacionalidade nem geografia.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Uma vida civil israelita tem o mesmo valor como a vida civil palestina ou como a vida civil sudanesa.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Estranho, no entanto, que, nas últimas três semanas, dezenas de milhares de cidadãos em Teerão e noutras cidades da República Islâmica do Irão tenham levantado a sua voz para combater um obscurantismo e uma tirania que duram há décadas.

Como é que o regime lidou com esta voz e com este grito pela dignidade e pela liberdade? Com escuridão, com assassinatos a sangue-frio. Nas últimas 72 horas, mais de 30 000 cidadãos que querem ser livres foram assassinados a sangue-frio por uma tirania religiosa.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E a esquerda?!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Repare-se, o mesmo ativismo que se financiou para organizar uma flotilha de atos e veleiros,...

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Amigos do Bloco de Esquerda! Fabian, são os teus amigos! É o Fabian que vai a Teerão!

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — ... a caminho do Mediterrâneo, com uma passagem para assistir a um *sunset* em Ibiza, não consegue agora encontrar financiamento sequer para uma traineira onde pudesse ir, por exemplo, a ativista internacional Greta Thunberg, com mais companhia nacional, para se juntar à voz dos que hoje morrem em Teerão pela liberdade, pela dignidade e pelo direito das mulheres?

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra para responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Bruno Ventura, o assunto que aqui traz é de uma importância extrema...

O Sr. **Alexandre Poço** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... e a primeira palavra tem de ser uma palavra de enorme solidariedade para todos aqueles que, neste momento, principalmente no Irão, mas por todo o mundo, lutam para recuperar aquilo que já tiveram: a liberdade, esse valor fundamental a que todos devíamos ter acesso e que, infelizmente, há décadas é negado aos iranianos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E se muitos hoje não lutam por isso em território iraniano foi porque tiveram de lá sair para fugir da tirania desse regime.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Àqueles que estão em território nacional dizemos também que estamos com eles. Nós estamos com eles nessa luta.

E sim, Sr. Deputado, o que disse é evidente. Em Portugal, como lá fora, as Gretas, as Mortáguas, e toda essa gente...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Ora!

Risos de Deputados do CH.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... mobilizam-se pelas causas não dos valores mais importantes, mas aqueles que lhes são mais úteis nos seus combates político-partidários, naqueles que são mais panfletários,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... naqueles que são mais mediáticos, mas nunca naqueles que são mais necessários. Onde estão esses todos agora a lutar pela dignidade das mulheres iranianas? Onde estão esses todos a querer tirar, da cara das mulheres iranianas, os véus que há anos são obrigadas a pôr?

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Onde estão esses hipócritas? Onde estão esses hipócritas para defender agora quem precisa? Não estão porque só estão onde lhes interessa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estão ali sentados!

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Fabian Figueiredo, está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, para a defesa da honra da bancada. Foi acusada, como pode ouvir...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Da bancada?!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Se eu puder interpelar o Sr. Presidente...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Srs. Deputados, o Sr. Deputado considera que a honra da bancada foi ofendida.

Protestos do PSD e do CH.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas qual bancada?

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Srs. Deputados, vamos...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Mas qual é a bancada?! Não tem bancada nenhuma, é uma bancadinha!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem bancada, tem, tem a bancada do Bloco de Esquerda.

Protestos de Deputado do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado, faça favor, tem a palavra.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Obrigado, Sr. Presidente, uso da palavra no estrito cumprimento do Regimento da Assembleia da República.

O Sr. Deputado João Almeida acabou de acusar o Bloco de Esquerda de hipocrisia.

Protestos do CH e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Falso, nem falou do Bloco!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Sr. Presidente, se eu puder...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Ó Srs. Deputados, o Sr. Deputado está precisamente a identificar o ponto em que considera que a sua honra foi ofendida e quem tem de prestar explicações, se entender que o deve fazer, é o Sr. Deputado João Almeida, não é a bancada do Chega.

Sr. Deputado Fabian Figueiredo, faça favor.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Dizia eu que o Sr. Deputado João Almeida acabou de acusar o Bloco de Esquerda de hipocrisia, identificando claramente a antiga Deputada desta Câmara Mariana Mortágua, ex-coordenadora do Bloco de Esquerda, por alegadamente se solidarizar com a causa da Palestina, entre outras causas humanitárias,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Alegadamente!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — ... e não conseguir dispensar uma palavra de solidariedade para com as mulheres do Irão. Isso, como é sabido, e está registado em ata e em diversas votações, é uma inverdade.

Protestos do Deputado do PSD Bruno Ventura.

O Bloco teve a ocasião de apresentar votos que mereceram, inclusivamente, o voto favorável da bancada que o Sr. Deputado João Almeida representa. O Bloco de Esquerda foi também o primeiro partido a entregar um projeto de voto de solidariedade e de condenação da repressão, no qual expressa a sua simpatia e apoio com as mobilizações no Irão.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — E a flotilha para o Teerão?

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Infelizmente, esse projeto de voto mereceu a abstenção do PSD e o CDS não se pronunciou porque não esteve presente nessa mesma comissão,...

Protestos do Deputado do CDS-PP Paulo Núncio.

... razão pela qual o Sr. Deputado João Almeida se sente na autoridade de acabar de proferir uma profunda inverdade.

O Bloco de Esquerda está há anos solidário com a causa da liberdade, da democracia, da emancipação do povo iraniano, que tem direito à democracia como qualquer ser humano, independentemente da sua geografia.

Se o Sr. Deputado do CDS tiver dificuldade em ler os documentos do Bloco de Esquerda, pode ler, por exemplo, o projeto de voto da Iniciativa Liberal que justamente identifica as várias iniciativas que o Bloco de Esquerda teve no que concerne à crítica ao autoritarismo iraniano e à defesa do povo do Irão.

Nós estaremos sempre ao lado da democracia, dos direitos, liberdades e garantias e, sobretudo, da elevação do debate parlamentar que se faz no confronto de ideias com uma base: a verdade, o chão comum que, infelizmente, o CDS neste debate decidiu não ter.

Aplausos do PS e do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado João Almeida, pretende prestar esclarecimentos?

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sim, Sr. Presidente.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, nesse caso.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, três coisas, Sr. Deputado Fabian Figueiredo. A primeira é que eu não tenho nenhum chão comum consigo, nunca vou ter, não pretendo ter, não tenho nenhum chão comum consigo.

Aplausos do CDS-PP e do CH.

Escusa de vir com essa invocação, esteja descansado.

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Estou descansadíssimo!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Nunca, jamais, em tempo algum.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Em segundo lugar, começou por justificar a defesa da honra dizendo que eu acusei o Bloco de Esquerda. Eu nem falei do Bloco de Esquerda, Sr. Deputado, portanto, se quer verdade, seja verdadeiro quando invoca figuras regimentais. Eu nem sequer falei do Bloco de Esquerda.

Vozes do CH: — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Pode dizer que indiretamente falei da Sr.^a Deputada Mariana Mortágua. Indiretamente ou diretamente, era de Mariana Mortágua que eu estava a falar, era! Era, era! E volto a falar, e volto a falar!

O Sr. **Fabian Figueiredo** (BE): — Então seja coerente!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E aquilo que disse o Sr. Deputado Bruno Ventura, com o qual eu concordei, tinha a ver não com a posição, mas com a forma como a defendiam. Porque é que, nuns casos, valia a pena enfiar-se num barco, estar semanas no Mediterrâneo, faltar ao Parlamento para defender a posição e noutros casos «ah, com um voto, nós despachamos a coisa»?

Vou fazer uma pergunta muito concreta: então, se os senhores têm a mesma posição neste caso, como tinham em relação a Gaza, o que é que mudou? O que é que mudou? E faço-lhe uma pergunta ainda mais direta, porque o Sr. Deputado quer que seja direto: de onde é que veio o dinheiro para, na altura, ter feito a ação panfletária que fez e porque é que lhe falta o dinheiro agora? Explique lá isso!

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — O Bloco não tem dinheiro para barcos!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Pedro Pinto, está a pedir a palavra para que efeito?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sr. Presidente, é para uma interpelação à Mesa para a distribuição de um documento que prova que...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Então, a interpelação à Mesa é sobre a condução dos trabalhos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Sobre a condução dos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — E o documento é para ajudar aos trabalhos?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É para ajudar aos trabalhos.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Até para repor a verdade, estamos na casa da verdade, na Casa da democracia, e isso é importante.

Portanto, peço que seja distribuído um documento que prova que a Sr.^a Eurodeputada do Bloco de Esquerda, Catarina Martins, se absteve, no Parlamento Europeu, na votação que condena a repressão brutal dos manifestantes do Irão — a demagogia e a hipocrisia do Bloco de Esquerda.

Aplausos do CH.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Fabian, é verdade, não é?

O Sr. **João Ribeiro** (CH): — Até ficou embaçado!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Rocha para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, ouvi-o com toda a atenção e, sobre a causa da liberdade na Venezuela, aí, sim, posso dizer-lhe, claramente, que temos um chão comum e temos participação clara na defesa da liberdade dos venezuelanos e também dos luso-venezuelanos, uma comunidade que tem centenas de milhares de pessoas na Venezuela e que, muitas vezes, foi esquecida no debate político.

Devo dizer-lhe também, Sr. Deputado João Almeida, concordando integralmente com aquilo que sublinhou relativamente a este tema, que aquilo que aconteceu na Venezuela — a opressão, a tirania sanguinária, a tortura, a prisão política — não aconteceu sem cúmplices fora da Venezuela.

Vozes da IL: — É verdade!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — E nós aqui neste Parlamento temos cúmplices e estão ali. É o PCP, por exemplo.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Alfredo!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Sr. Presidente, falamos de prisioneiros venezuelanos. Confesso que até fiquei espantado, porque vi uma iniciativa do PCP a falar de um preso venezuelano. Quem era esse preso venezuelano? Nicolás Maduro! Estão preocupados com a prisão de Nicolás Maduro, mas sobre todos os outros, as centenas de presos políticos, não há uma palavra do PCP.

Vozes da IL: — Muito bem!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Rocha** (IL): — Isso é cumplicidade com a tirania, é cumplicidade com o regime sanguinário que se viveu na Venezuela.

O Sr. Deputado falou também do Irão, e eu quero aqui reforçar que ouvi o Sr. Deputado Fabian Figueiredo, que não negará que no Parlamento Europeu a Deputada Catarina Martins, do Bloco de Esquerda, se absteve na condenação do regime do Irão.

Agora, o Sr. Deputado falou também de hipocrisia. Olhando para trás, há pouco mais de um ano, discutimos aqui o reconhecimento de Edmundo González como legítimo Presidente da Venezuela, foi a Iniciativa Liberal que trouxe esse tema a este Parlamento.

Pergunto-lhe, e o senhor falou de os venezuelanos estarem acompanhados, se o PSD tivesse viabilizado, não estariam os venezuelanos mais acompanhados nesta sua luta?

Aplausos da IL.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra para responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado Rui Rocha, muito obrigado pelas questões que coloca, por aquelas em que concordamos e temos chão comum e por aquelas que possam causar alguma dificuldade, porque é assim mesmo. O debate parlamentar não tem problema nenhum, vou responder a umas e a outras.

Relativamente à cumplicidade, essa é evidente. Há aqui bancadas que resolvem falar dos presos políticos que existem na Venezuela, há aqui quem prefira falar do preso que está nos Estados Unidos e que foi, durante anos, o responsável por destruir as vidas de milhares de venezuelanos.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Essa é a opção de cada um, as pessoas julgam.

Há também quem vote a favor de tudo aquilo que são resoluções para condenar o que acontece no Irão, sem condições, e há aqueles que andam a inventar desculpas para no Parlamento Europeu, como a Eurodeputada Catarina Martins, não ter votado a favor dessa deliberação.

Protestos do BE.

Quanto à questão que coloca no fim, é essencial para esclarecimento dos portugueses. Aquilo que aconteceu foi que houve uma eleição na Venezuela muito condicionada, desde logo condicionada nos candidatos.

Todos nós sabemos que a candidata era Maria Corína Machado e foi impedida de ser candidata — primeira tentativa do comunismo venezuelano para condicionar a eleição. Depois, Edmundo González ganhou, mesmo assim, a eleição. Condicionado, ganhou a eleição — segunda tentativa do comunismo venezuelano, ao não reconhecer o resultado eleitoral.

E o que aconteceu foi, por parte da comunidade internacional, na qual Portugal se insere, do Estado português e da União Europeia, o reconhecimento de um resultado, que não foi o resultado que o regime venezuelano apresentou, e de Edmundo González como presidente.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Portanto, a única questão que aconteceu num voto aqui é se consideramos que o Parlamento é, ou não, o órgão de soberania responsável pelas relações internacionais. A

nossa Constituição diz que é o Governo, e o Governo português reconheceu Edmundo González como o presidente eleito da Venezuela.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa, do Chega.

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, a sua intervenção sobre a situação da Venezuela demonstra preocupação, mas deixa uma questão central por responder.

Num mundo cada vez mais instável, basta analisar ou é preciso escolher. O tempo da neutralidade desconfortável acabou. Hoje, política externa não é retórica, é soberania, é segurança e é identidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Na Venezuela não estamos perante um modelo diferente, mas perante um regime socialista que destruiu um país, perseguiu o seu povo e empurrou milhões para a emigração. Donald Trump confrontou esse regime de forma direta, enquanto a Europa hesitou. No Irão não há zonas cinzentas, há repressão, perseguição e exportação na instabilidade.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — Dialogar sem consequência é legitimar esse regime. E, neste mesmo Parlamento, existe quem os defenda.

A Ucrânia é um teste à credibilidade da Europa. Um país soberano foi invadido e a resposta não pode depender do cansaço político. E, infelizmente, também neste mesmo Parlamento, existe quem defenda essa invasão.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — A China e Taiwan mostram hipocrisia europeia. Fala-se de valores, mas aceita-se dependência económica de regimes autoritários.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **Rui Paulo Sousa** (CH): — No Médio Oriente, convém ser claro, não há equivalência moral entre democracias e terrorismo.

Tudo isto tem consequências internas. Políticas externas fracas geram imigração ilegal, insegurança e perda de controlo. E falar de soberania sem investir na defesa e na NATO (*North Atlantic Treaty Organization*) é conversa vazia.

Portugal não pode continuar dependente dos outros. Na África lusófona, abandonámos a nossa influência natural. Isso não foi inevitável, foi uma escolha errada.

Por isso, deixo-lhe três perguntas simples. Primeira: perante ditaduras e terrorismo, o CDS defende escolhas firmes ou continua preso à diplomacia ambígua? Segunda: reconhece que a Europa falhou e que Portugal tem de assumir soberania e reforçar a defesa? Terceira: o CDS defende fronteiras fortes e uma política externa ativa ou aceita a irrelevância estratégica de Portugal?

Sr. Presidente e Sr. Deputado, num mundo perigoso, não escolher é escolher mal, e Portugal não pode continuar a pagar o preço da indecisão política.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra o Sr. Deputado João Almeida para responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, o Sr. Deputado Rui Paulo Sousa coloca questões relevantes e vou responder às três, identificando cada uma delas.

Queria dizer-lhe só, inicialmente, sim, Ucrânia, e temos de ser fortes condenando uma invasão e uma guerra de agressão que ainda não parou e que tem cúmplices neste Parlamento.

Venezuela: vamos até ao fim, não basta libertar o país de um regime, é preciso libertar todos os presos políticos e restabelecer a democracia sem hesitações e sem controlo externo.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — A Venezuela só terá a sua transição concluída quando quem mandar na Venezuela forem os venezuelanos.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — No Irão, até ao fim, também. Mas devo dizer-lhe que falou de Taiwan e nós também falamos da Gronelândia. Seja onde for, a soberania dos Estados tem de prevalecer. A liberdade dos povos tem de prevalecer, seja quem for que estiver em causa.

Aplausos do Deputado do PSD Joaquim Barbosa.

Portanto, contra ditaduras e terrorismo, sim, firmeza. Sim, firmeza! E não podemos ter a ideia de que ditaduras sanguinárias e regimes opressores se combatem exclusivamente com proclamações diplomáticas.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Às vezes, é preciso uma ação que é uma ação em defesa daqueles que são os valores mais importantes.

Sobre soberania e defesa, orgulhamo-nos de fazer parte deste Governo, e não preciso sequer de invocar a tutela da Defesa Nacional, de estarmos a fazer aquele que é o maior investimento na defesa nacional em Portugal.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não é só o maior da democracia; o maior investimento de sempre vai ser feito por este Governo, nas pessoas através dos militares, nas capacidades através dos equipamentos. Sim, precisamos de estar mais fortes, precisamos de ser mais autónomos, porque só assim é que podemos ter soberania. E só se tivermos soberania é que protegemos o nosso povo.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Torres, do PS.

O Sr. **João Torres** (PS): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, o tema que aqui trouxe hoje é demasiado importante e relevante para nos debruçarmos em ataques retóricos de bancada para bancada.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **João Torres** (PS): — Tal como, acredito, outros grupos parlamentares o fizeram ou vão fazer, no Partido Socialista acabámos de reunir com familiares de presos políticos luso-venezuelanos. E o *feedback* que nos trouxeram é muito importante, porque revela que, apesar da detenção do Presidente Nicolás Maduro, ainda

não se vive uma democracia na Venezuela. E, nesse particular, estou muito de acordo consigo quando diz que este processo só terminará quando efetivamente se der uma transição democrática na Venezuela.

Nós, no Partido Socialista, fomos claros ao suportar o reconhecimento do Presidente Guaidó, ao não reconhecer o resultado das últimas eleições presidenciais e também na partilha, com o Governo, da convicção de que o Presidente eleito é o Sr. Edmundo González, que está exilado no reino de Espanha.

Aplausos do PS.

Mas gostava de obter, por parte do Sr. Deputado — e são estas as questões que lhe dirijo —, em primeiro lugar, um comentário sobre esse processo de transição para a democracia. Ainda ontem ouvimos o Secretário de Estado Marco Rubio não se comprometer com nenhum horizonte temporal a esse respeito, e é uma questão que nos preocupa, efetivamente, porque, para o Partido Socialista, as últimas eleições não foram livres, na perspetiva de que os resultados foram deturpados. Mas há um Presidente eleito, que é o Sr. Edmundo González.

E a segunda questão que lhe dirijo é sobre que esforços adicionais pode e deve, na sua opinião, desenvolver o Governo para se operar a libertação dos presos políticos lusodescendentes, sabendo que tantos outros, de outras nacionalidades, já foram libertados.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra para responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Torres, muito obrigado pelas questões, são questões sérias, não são ataques retóricos. Sabe que esse é o problema, às vezes, do Partido Socialista. O Partido Socialista tem uma tolerância para com as forças políticas que estão à sua esquerda, que acha sempre que o melhor, nestas questões, é não se falar disso, é não incomodar.

Vozes do CDS-PP e do PSD: — É verdade!

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Não confundas com o partido que está aí ao pé. Três salazares!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não, Srs. Deputados, nós não podemos transigir. Nestas matérias nós não podemos transigir. E os senhores constantemente transigem com aqueles que estão à vossa esquerda, branqueiam o seu radicalismo e branqueiam a sua conivência com regimes ditatoriais. Nós não somos assim. Olhe, é da vida! Nós não branqueamos e não aceitamos.

O Sr. **Eurico Brilhante Dias** (PS): — Três salazares!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Mas não fazemos outra coisa: não confundimos o Partido Socialista com esses outros partidos. Sabemos da responsabilidade que os senhores têm nestas matérias e da forma elevada com que as discutem.

Portanto, primeira questão, sobre os esforços diplomáticos. Sabe que há uma questão essencial aqui que vem do regime anterior e que nós temos de dizer com toda a clareza. Não é aceitável que neste momento o regime venezuelano continue a defender uma interpretação de não reconhecimento destes cidadãos como cidadãos portugueses, porque quem define se eles têm nacionalidade portuguesa ou não é o Estado português, e nós não podemos aceitar que essa interpretação se mantenha. Logo, o primeiro esforço diplomático é exatamente este e é o que o Governo está a fazer.

Relativamente à questão da transição, eu fui claro e o Sr. Deputado reconheceu-o: só quando forem os venezuelanos donos do seu destino é que a transição está feita. Agora, nós temos de reconhecer uma coisa. A própria María Corina Machado e o próprio Edmundo González é que dizem que esse processo só poderá acontecer em diálogo com os Estados Unidos.

Protestos do Deputado do PS João Torres.

Não, não! Não vale a pena fingir. Não vale a pena fingir. Nós respeitamos. Se fosse coisa diferente do que dissessem, nós respeitaríamos. Agora, nós não podemos num dia dizer que Edmundo González é o Presidente eleito e, quando ele diz que a transição tem de ser conversada com os Estados Unidos, esquecemos que ele é o Presidente eleito. Isso é que já não pode ser.

Aplausos do CDS-PP e do PSD.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra a Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, do Livre, para um pedido de esclarecimento.

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Sr. Presidente, Sr. Deputado, sendo claro que o Livre repudia todos os regimes autoritários, como o Irão, a Rússia, a deriva autoritária atual nos Estados Unidos e a Venezuela de Maduro, que oprimiu e perseguiu o próprio povo e que fez os presos políticos de que falou, a verdade é que Trump ordenou um ataque militar à Venezuela numa violação clara do direito internacional.

O Sr. Deputado diz que a Venezuela foi libertada,...

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — E bem!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — ... mas o que aconteceu não foi isso. Foi o ataque de uma potência estrangeira a um outro Estado soberano por essa potência estrangeira ter, na verdade, interesses próprios nos recursos de outro território. E ninguém acredita, nem Trump o afirma, que o fez para libertar a Venezuela.

A Venezuela será livre quando o fizer pela própria mão...

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Como a Coreia do Norte, ficamos todos à espera!

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — ... e não é isso que constatamos hoje.

Assim, pergunto-lhe: considera o Sr. Deputado que é legítima esta forma como o Presidente dos Estados Unidos atua, e põe e dispõe do mundo, sem cumprir as regras internacionais, abrindo mais um precedente de intervenção externa num Estado soberano? É que a seguir vem a Gronelândia, e a seguir estamos nós aqui.

Não podemos ter duplos critérios quando analisamos e quando olhamos para estas questões. Temos de ser totalmente honestos e temos de perceber o que é que estamos a defender e em nome de quê. Se defendemos a Europa, a democracia, podermos todos viver aqui em liberdade e a nossa soberania, é preciso termos muito cuidado quando dizemos que o direito internacional não é uma norma geral, que só se aplica a quem é forte e que não podemos esperar que proteja os mais fracos.

Aplausos do L.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado João Almeida tem a palavra para responder.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr.^a Deputada Patrícia Gonçalves, devo dizer-lhe que vou fazer um esforço por conter alguma indignação, porque, sinceramente, acho que o que aqui disse, e a forma como o abordou, é, no mínimo — vou tentar usar uma palavra moderada —, incómodo para milhares de pessoas que vivem em Portugal, que têm nacionalidade portuguesa uns, venezuelana outros, e que, ao longo das últimas décadas, foram obrigados a vir para cá, com uma mão à frente e outra atrás, deixando na Venezuela tudo o que construíram, deixando familiares, vivendo em angústia todos os dias por aqueles que lá ficaram e que a qualquer momento podem ser presos, torturados ou mortos.

Protestos da Deputada do L Isabel Mendes Lopes.

E diz-lhes que, quando eu disse que o país deles foi libertado,...

A Sr.^a **Patrícia Gonçalves** (L): — Mas não foi!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — ... é preciso ter muito cuidado para dizer isso, e pergunta-me a mim se eu acho mesmo que foi isso que aconteceu.

Olhe, ontem estive cá o Fernando.

O orador exibiu um cartaz.

O Fernando é venezuelano e português. Estuda em Londres. Teve, felizmente, essa oportunidade. O pai do Fernando está preso há mais de um ano.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É verdade!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — E ele o que fez foi vir aqui pedir-nos por tudo para ajudarmos a libertar o pai dele, dizendo «o meu pai é português, ajudem-me a libertá-lo». Isso só foi possível porque no dia 3 de janeiro Nicolás Maduro foi removido.

Tente explicar ao Fernando que, sem a remoção de Nicolás Maduro, no dia 3 de janeiro, ele podia, neste momento, estar a pedir-nos para ajudarmos a libertar o pai dele.

Sr.^a Deputada, nós não podemos ficar a meio caminho nem a meio da ponte. Quando é para resolver, temos de resolver. Quando é para libertar, temos de libertar. Quando é para salvar, temos de salvar e temos de saber de que lado estamos.

Olhe, Sr.^a Deputada, a senhora está do lado da condenação do Presidente dos Estados Unidos e eu estou do lado da defesa dos presos políticos da Venezuela. Cada um escolhe o seu lado.

Aplausos do CDS-PP, do PSD e do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos à declaração política seguinte. Tem a palavra o Sr. Deputado Cristóvão Norte, do PSD.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: Subo a esta tribuna para erguer a voz por uma região que, por demasiado tempo, foi tratada como remoto jardim de veraneio, mas que hoje emerge, por direito e por imperativo de justiça, como prioridade nacional.

O Algarve cansou-se de esperar, cansou-se de ser traído nos seus sonhos e destrutado por quem o encarou como uma escusada nota de rodapé. A palavra «promessa» morreu no Algarve à custa de tanta insistência no seu uso, assassinada por anos e anos de negligência. Numa frase, os algarvios sentem que o Algarve se transformou em algo que é para todos menos para eles — e têm razão.

Mas hoje, Sr.^{as} e Srs. Deputados, não venho brindá-los com palavreado, não desejo vender ilusões. Venho relatar factos, uma prática que estranhamente caiu em desuso para muitos.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Bem lembrado!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Trago decisões irreversíveis que estão a curar as fraturas expostas que estropiam o corpo e o espírito dos algarvios. O desafio é acabar com o tempo que se fez desprezo e transformar carências históricas em soluções estruturais.

Por isso, temos o maior programa de investimento público que o Algarve jamais conheceu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O antes transformou-se no agora.

Vamos às contas. Quanto ao novo hospital, concurso autorizado, júri nomeado, financiamento de acordo com os municípios firmados. Ao contrário do Partido Socialista, das suas primeiras pedras, este não vai parar, este não pode parar.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Nós ganhámos a Câmara de Faro!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Quanto aos cuidados primários, temos duas novas unidades de saúde familiar já em funcionamento e cinco unidades de saúde familiar tipo C em concurso, para estancar a hemorragia das 100 000 pessoas sem médico de família — 100 000 pessoas sem médico de família, o trágico legado de quem ficou a dever e nem sequer liquidou a primeira prestação.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Vergonha!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Quanto à oncologia, com o PET (Positron Emission Tomography) aprovado para 2027, os doentes oncológicos no Algarve vão ser tratados e diagnosticados integralmente na região e deixarão de se assemelhar a artigos de exportação com o carimbo de Sevilha.

Mas há mais, muito mais. Há mais na habitação, há mais na água, há mais em decisões fundamentais para a região.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, nós não fixaremos médicos, nem professores, nem polícias, se o Algarve for um mercado proibido para quem trabalha. A habitação é a maior barreira, pois os preços são asfixiantes por via do turismo ou da imigração. Há medidas no terreno, medidas fiscais, investimento público para baixar os preços, para regular o mercado, para ampliar a oferta pública.

Mas sejamos claros, sem tabus: a imigração tem de ser regulada e digna. O Algarve precisa de braços, mas não aceita exploração. Não aceitamos sobrepovoamento habitacional, que alimenta bolsas de exclusão, bolsas que uns ignoram por conveniência e outros estigmatizam para seu infame proveito político.

Vozes do PSD: — É verdade!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Queremos integração, não guetos. Finalmente, há a água.

Risos de Deputados do CH.

Sem a água, o Algarve não é destino, é deserto.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É agradecer ao São Pedro!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — O Governo está a executar 470 milhões de euros, a maior apólice de seguro contra a seca da nossa história. A dessalinizadora já mexe terra, o Pomarão tem acordo e financiamento e vai ser lançado o concurso. Os municípios passaram a ser financiados a 100 %, para acabar com o desperdício das redes obsoletas.

O Algarve já não é, não aceita mais ser, o parente pobre que se silencia comodamente no fim da mesa.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É a região que exige o que é seu por direito e que tem uma vantagem de que antes não dispunha: é que tem um Governo que a ouve e age para concretizar, nem mais nem menos, esse direito.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É essa a justiça que o Governo de hoje faz ao Algarve. Não aceitaremos campos secos, jovens sem teto, doentes em ambulância pelas estradas do país vizinho.

Estamos aqui para construir um País, de norte a sul, mais justo, mais equilibrado, onde ser algarvio seja sempre motivo de orgulho e nunca prova de resistência.

Estamos a cumprir, Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados:...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já acabou a campanha!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... Algarve, prioridade nacional!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Meu Deus! Por isso é que ganhou a Câmara de Faro!...

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado tem quatro pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que responderá dois a dois.

Para o primeiro pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado João Graça, do Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Aprendam agora!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Srs. Deputados, Sr. Deputado Cristóvão Norte, em todo este tempo apenas disse uma verdade: os algarvios cansaram-se.

O Algarve, em outros tempos, era uma terra longínqua para PS e PSD, até que, em 2019, chegou uma nova força clara e expressiva, que venceu as duas últimas legislativas. André Ventura venceu e vai voltar a vencer as presidenciais.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Muito bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Essa força chamada Chega aparece e desperta uma nova esperança: uma esperança para a saúde, educação, habitação, segurança e mobilidade; uma esperança para uma vida condigna.

Há seis anos, sabem quais eram os problemas que tinha o Algarve? Todos. Tinha todos e mais alguns.

Protestos do PSD.

Agora, reparem que pouco ou nada mudou, porque PS e PSD são exatamente iguais. Foram precisos anos de batalha para retirarmos a cobrança nas portagens, e isso só foi possível graças ao Chega.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Verdade!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Foram pedras e pedras, Sr. Deputado Cristóvão Norte, colocadas para o novo hospital. Foram anos de batalha. Finalmente, parece que vamos ter uma nova pedra, mas mesmo essa atrasada. Era até final de outubro, depois passou até final do ano. De forma atrapalhada, foi agora dado um primeiro passo.

Na habitação, o problema do Algarve mantém-se. Soluções à vista, nenhuma. Na segurança, tudo na mesma: falta de efetivos, falta de infraestruturas e de meios. Na educação, continuamos com alunos sem aulas em algumas disciplinas, por falta de professores, e com algumas escolas sem as mínimas condições. Se o PS nada fez, o PSD nada faz.

Mas algo mudou. É rara a semana em que um ministro não se desloca à região para fazer promessas.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — O que mudou é que antes só iam lá em agosto de férias e agora, com a força do Chega, vão lá em trabalho.

Sr.^{as} e Srs. Deputados, o Algarve tem sido esquecido nesta Casa e só voltou a ser preocupação depois de o Chega se tornar a maior força da região.

Não posso terminar sem falar dos nossos pescadores e mariscadores, atividades ancestrais na nossa região, que fazem as delícias de quem nos visita. E pergunto: o que é que temos para estes profissionais em apoios e condições de segurança em terra, nomeadamente nos portos e nas lotas?

Os algarvios não querem viver de ilusões; querem que o dinheiro dos seus impostos seja aplicado na região.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrelo): — Sr. Deputado Alfredo Maia, do PCP, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Presidente, antes de mais, uma nota sobre as várias invetivas...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Devias falar da Venezuela e dos presos políticos!

Pausa.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrelo): — Srs. Deputados, em tempos, este edifício já albergou duas Câmaras.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Na Coreia do Norte é só uma!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrelo): — Atualmente, só alberga uma. É a vez do Sr. Deputado Alfredo Maia e não da câmara paralela.

Faça favor, Sr. Deputado, tem a palavra.

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Queria dar uma nota prévia sobre as várias invetivas de há pouco, dirigidas ao PCP, sobre relações internacionais.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Presos políticos!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Só queria dizer que o PCP...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Presos políticos!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Deputado, deixe-me concluir, se faz favor.

O PCP é coerente na defesa dos princípios do direito internacional, da não ingerência e do respeito pela autonomia dos povos.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Isto é o quê?! Está a falar da intervenção de há bocado!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Presos políticos!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sr. Deputado Cristóvão Norte, como sabe, é sempre com gosto que o oiço defender a sua região. Veio aqui elencar um rol de iniciativas do Governo, mas eu teria, pelo menos, umas seis em relação às quais não o ouvi falar.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Diga lá!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Por exemplo, está atrasada a conclusão dos trabalhos da eletrificação da linha ferroviária do Algarve. Pergunto-lhe para quando é que vem a novidade.

A requalificação da Estrada Nacional n.º 125,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E a 124!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... entre Olhão e Vila Real de Santo António, quando é que se vai resolver? E quanto à requalificação da Estrada Nacional n.º 124,...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ora bem!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — ... qual é o programa, quando é que se resolve a situação desta estrada? A construção do matadouro público regional, que tanta falta faz à região, quando é que vai acontecer?

O Sr. **João Paulo Graça** (CH): — Já foi aprovado!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Sobre as questões da habitação, qual é o investimento previsto na região e que soluções foram apontadas para este grave problema social na região? Existem outras obras indispensáveis, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Já são sete!

O Sr. **Alfredo Maia** (PCP): — Como é que estamos relativamente à requalificação dos portos de Olhão e da Quarteira e à construção do novo porto em Tavira? E como estamos quanto ao avanço anunciado da construção da barragem da Foupana e da ponte de Alcoutim-Sanlúcar?

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Ninguém bate palmas ao Alfredo?!

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Cristóvão Norte, tem a palavra para responder.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, agradeço aos Srs. Deputados as questões que me colocaram.

Permitir-me-ia dirigir ao Sr. Deputado João Graça, para lhe dizer o seguinte: em primeiro lugar, eu não me atrevo, porque considero demais esta Câmara e os portugueses, a vir fazer aqui panegíricos sobre quem quer que seja e tentar dizer quem é que o senhor apoia ou deixa de apoiar em eleições presidenciais. Isso é uma coisa que corre lá fora, não corre aqui.

Vozes do PSD: — Muito bem!

Protestos do Deputado do CH Pedro Pinto.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Aqui não devemos estar a tratar essa matéria e devemos respeitar a posição de cada um em relação a isso.

O Sr. Deputado disse uma coisa que é um facto indesmentível: é que os algarvios estão cansados. Mas, estando cansados e tendo depositado largamente a sua confiança no Chega — já aconteceu em duas ocasiões, nós respeitamos esse gesto —, isso é interpretado, do meu ponto de vista, como a expressão mais desagradável da sua frustração, da sua indignação,...

Protestos de Deputados do CH.

... da forma como já não encontravam respostas nas soluções que o anterior Governo visava oferecer. E têm razão.

Risos de Deputados do CH.

O que lhe digo é o seguinte: é que há uma diferença. A diferença entre o Chega e o Partido Social Democrata é que o Chega interpreta o sentimento dessas pessoas apenas para canalizar protesto, alimentando-o, para dividir as pessoas e estigmatizando muito. Nós trazemos essas pessoas, porque lhes vamos devolver a confiança.

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É por isso que a minha posição não foi uma intervenção de natureza retórica.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — A campanha já acabou!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Foi, pelo contrário, alicerçada em factos, em despachos, em leis, em orçamentos, em financiamentos, em atos burocrático-administrativos, que dão corpo a essa transformação que nenhum de nós aqui, nem quem está lá fora, pode negar. É o maior investimento público em áreas críticas no Algarve...

Vozes do PSD: — Muito bem!

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Muito bem! Em Faro!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... que o Algarve alguma vez conheceu.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

E desafio quem está nesta Câmara a levantar-se e a contradizer esta afirmação, que eu tenho gosto, página a página, decisão a decisão, de demonstrar aos senhores — muitos deles nem no Algarve andaram de comboio e vêm para aqui fazer apartes a respeito de quem faz o quê.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Quem foi?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Foi o Sr. Deputado. Foi o Sr. Deputado, foi!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Eu faço os apartes que quero!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Deputado Alfredo Maia, agradeço-lhe muito a sua postura. Deixe-me dizer-lhe o seguinte: a eletrificação é um processo que já vinha de trás — é um facto e não vou dizer o contrário — e que será em breve concluído.

A questão da requalificação da 125 é uma questão mais aguda, porque, em 2009, ludibriou-se o Tribunal de Contas e, quando se fez isso, pôs-se em causa a capacidade de realizar a obra. Neste momento, enquanto o tribunal arbitral não decidir, seja a requalificação da 125, seja a das outras vias conexas, muitas das quais o Sr. Deputado assinalou, não poderá, manifestamente, avançar. É isso que acontece quando se governa mal, como o Partido Socialista governou, e hoje ainda se está a pagar a fatura.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Tem a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Luís Graça, do PS.

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Cristóvão Norte, disse que o Algarve tem uma nova prioridade nacional. Bom, valendo o Algarve 5 % da economia nacional, presumo que o senhor pode afirmar aqui que nós recebemos 5 % do investimento do Estado. Mas, olhando para um dos maiores

problemas do Algarve, que é a habitação, e para o anúncio do Sr. Primeiro-Ministro no último Pontal, afinal, do bolo que o Governo reservou para a habitação, o Algarve só recebe 3,3 %.

O Sr. Deputado pode estar satisfeito com isso, mas nós não. Eu aconselho menos proclamação e mais execução.

O Sr. Deputado fez-me lembrar um antigo Deputado do PSD, Vieira de Castro. Era, na altura, secretário de Estado do Governo de Durão Barroso, foi ao Algarve inaugurar o IC27, entre Castro Marim e Alcoutim, e disse algo mais ou menos assim, de memória: «Estou aqui hoje a cortar a fita, mas nada desta obra, ou pouco ou nada, fui eu que fiz.»

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Isso é PS!

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Ora, foi esta sinceridade e humildade que lhe faltou. Muito frenesim, mas pouca humildade, da sua parte.

Vozes do PS: — Muito bem!

O Sr. **Luís Graça** (PS): — Quase acreditamos que choveu a seu pedido. Ó Sr. Deputado, o Plano Regional de Eficiência Hídrica do Algarve foi desenhado pelo Governo do Partido Socialista.

Aplausos do PS.

O envelope financeiro para o executar foi negociado em Bruxelas pelo Primeiro-Ministro António Costa.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — O Sr. Deputado faz melhor do que isso!

O Sr. **Luís Graça** (PS): — A dessalinizadora foi colocada em concurso pelo Governo do Partido Socialista. Ó Sr. Deputado, diga lá quando é que a captação da água do Pomarão sai do banho-maria. Diga lá aos agricultores do Algarve quando é que temos a ligação do Alqueva à Barragem da Bravura.

Sobre a saúde, o Sr. Deputado esqueceu-se de dizer que foi o seu Governo, em 2011, que parou a adjudicação do Hospital Central do Algarve.

O Sr. **Hugo Soares** (PSD): — Não é verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Não é verdade! Isso foi por causa da bancarrota dos socialistas!

O Sr. **Luís Graça** (PS): — O Governo do PS fez uma resolução que permitiu que, na pasta de transição, ficasse o processo que os senhores agora apresentam. O processo do hospital ficou concluído na pasta de transição do Governo do PS para o PSD.

Aplausos do PS.

O que o senhor não explica aos algarvios é porque é que demorou 604 dias a tomar a decisão que tomou esta semana. Mas eu explico: foi porque levaram 604 dias a discutir se era uma parceria público-privada para a construção, ou se era uma parceria público-privada integral.

O que interessa aos algarvios é ter acesso ao SNS com qualidade e com celeridade, Sr. Deputado.

Aplausos do PS.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Paulo Núncio, do CDS-PP, tem a palavra, para um pedido de esclarecimento.

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, se existe um facto indesmentível é o de que este Governo está a concretizar aquilo que o PS demorou anos a prometer, mas não cumpriu.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — É verdade!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — São as típicas promessas socialistas que nunca se concretizam.

A região do Algarve, que no verão é tratada como um destino de eleição, mas depois é negligenciada durante o resto do ano, viu finalmente avançarem duas obras estruturais que eram necessárias há muito tempo: em primeiro lugar, o Hospital Central do Algarve e, em segundo lugar, o projeto Água que Une.

Protestos de Deputados do PS.

Durante anos, o PS deixou as pessoas sem cuidados essenciais, obrigando-as a deslocar-se a Lisboa, e muitas vezes a Espanha, para terem acesso a cuidados de saúde básicos.

Durante anos, o PS nada fez e permitiu que a região enfrentasse repetidamente secas severas e secas extremas sem respostas estruturais. Felizmente, o tempo mudou:...

Vozes do PS: — Porque choveu!

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — ... felizmente, o Governo Socialista já está na oposição e, felizmente, a AD (Aliança Democrática) já está a governar.

Sr. Deputado, deixava-lhe a seguinte pergunta: será que os algarvios, finalmente, têm razões para confiar no futuro e no desenvolvimento da sua região?

Aplausos do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Sr. Deputado Cristóvão Norte, tem a palavra para responder.

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Sr. Presidente, Srs. Deputados, Sr. Deputado Luís Graça, o problema do PS foi, justamente, o de que ficou tudo na pasta de transição. Havia lá planos, desenhos,...

Vozes do PSD: — Ora!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... havia tudo e mais alguma coisa na pasta de transição!

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Havia, não havia?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Mas, extraordinariamente, aquilo que estava na pasta de transição não estava em condições de avançar.

Portanto, esses 604 dias desde o dia em que se fez a transição...

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Cristóvão, e o comboio?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... não rivalizam com os quase 4000 dias em que os senhores, ano após ano, nesta Câmara, da forma mais cruel possível — porque desonraram a vossa palavra —, prometeram o Hospital Central do Algarve e nunca avançaram.

Protestos do Deputado do CH João Paulo Graça.

José Sócrates, no vosso outro universo de liderança, ainda lançou uma primeira pedra. Já os senhores, nem isso!

Mas deixe-me dizer mais! O Sr. Deputado age como um criminoso a gritar por justiça: «Justiça! Justiça! Nós pecámos, nós somos criminosos e não fizemos, mas justiça! Justiça, porque aqueles senhores estão a fazer, mas o edifício ainda não nasceu.»

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — E o comboio?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — O edifício não nasceu, mas já não é uma promessa, é uma realidade.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Baixo nível, Cristóvão!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — É uma realidade na lei, é uma realidade no despacho, é uma realidade no financiamento, é uma realidade nos acordos estratégicos.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Tristeza!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Para mal dos vossos pecados, mas para bem dos algarvios, vai ser uma realidade para todos.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. Deputado falava na questão da habitação. Deixe-me que lhe diga: 3,3 %.

Anoto duas circunstâncias. A primeira é a de que o Sr. Deputado não questionou que o Algarve tenha o maior pacote de sempre de investimento público. Vejo que isso é uma verdade que assume inquestionável, e que nem o Partido Socialista ousa discuti-la.

Protestos do Deputado do PS Luís Graça.

Mas verifiquei que falou na habitação, e bem, porque um dos problemas é justamente o facto de muitas autarquias no Algarve não terem concorrido. Por isso, talvez estes 3,3 % sejam também resultado da hegemonia socialista no Algarve,...

O Sr. **Paulo Núncio** (CDS-PP): — Claro! Claríssimo!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — ... que levou a que a esmagadora maioria das câmaras não apresentasse candidatura e, por via disso, o Algarve tenha menos capacidade de realizar esse financiamento.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Mas vou falar no plano de eficiência hídrica, Sr. Deputado Paulo Núncio, para ficar ilustrado também sobre esta matéria.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Ah, o amor!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — O plano de eficiência hídrica, daqueles que não queriam sequer barragens — lembro-me do que diziam! —, é de 240 milhões de euros.

Realizaram 5 % — 5 %! —, e os processos não estavam maduros.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Maduros?!

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — É agradecer ao São Pedro!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Hoje estão maduros e vão avançar.

O Sr. **Luís Moreira Testa** (PS): — Maduros, outra vez?!

O Sr. **Cristóvão Norte** (PSD): — Vão avançar e já foram lançados. Já foram lançados! Temos 470 milhões de euros em obra ou em curso. Aprendam como é que se faz!

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — Passamos à última declaração política do dia e, para tal, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pessanha, do Chega.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados: É para todos nós evidente que vivemos um tempo de inconstância, imprevisibilidade e volatilidade nas relações entre os múltiplos atores do sistema político internacional.

Portugal encontra-se hoje perante uma encruzilhada histórica. O contexto geopolítico que nos rodeia exige respostas firmes, investimentos estratégicos e uma visão clara do papel que queremos desempenhar na arquitetura da segurança europeia e atlântica.

Neste sentido, a União Europeia, através do instrumento SAFE (Security Action for Europe), propõe-se acelerar 15 anos de investimento em apenas cinco, colmatando assim lacunas críticas de capacidades e impulsionando a Base Tecnológica e Industrial de Defesa Europeia. Falamos de investimentos superiores a 5 mil milhões de euros em capacidades terrestres, navais, aéreas, espaciais e de ciberdefesa; falamos de novas fragatas, viaturas blindadas, sistemas de artilharia, defesa antiaérea e até constelações de satélites.

Contudo, permitam-me ser claro: o desafio não é apenas adquirir equipamento. O desafio é transformar despesa em investimento, garantindo assim que cada euro gasto retorna à economia nacional sob a forma de inovação, emprego qualificado e desenvolvimento tecnológico.

A Lei de Programação Militar estabelece como objetivo um retorno para a economia nacional de aproximadamente 33 %. Este objetivo só será alcançável se a indústria nacional for envolvida desde o início do processo, se forem negociados programas robustos de transferência de tecnologia e se a cadeia de fornecimento portuguesa for efetivamente integrada.

Sr. Presidente, a título de exemplo, o AED Cluster Portugal (Aeronautics, Space and Defence) congrega mais de 170 entidades dos setores da aeronáutica, espaço e defesa, com um volume de negócio superior a 2000 milhões de euros, com 90 % de exportação, o que demonstra claramente que temos hoje uma real capacidade industrial de defesa instalada.

Os exemplos de sucesso são evidentes. O programa KC-390, da Embraer, gera um retorno de mais de 10 milhões de euros por aeronave produzida.

A defesa não é apenas uma questão de segurança nacional. A defesa é uma alavanca para a economia, um ciclo que promove inovação, cria valor, desenvolve emprego qualificado e, simultaneamente, dota as nossas Forças Armadas de meios mais modernos e capacitados.

Neste contexto de transformação, importa reafirmar com toda a clareza: a NATO continua a ser o pilar fundamental da defesa do Ocidente. Nada nem ninguém pode colocar em causa esta premissa.

A Aliança Atlântica, com os seus 32 membros, enfrenta hoje desafios de segurança sem precedentes, e Portugal, enquanto membro fundador, tem uma responsabilidade acrescida na defesa dos valores que nos unem: liberdade, democracia, Estado de direito e resolução pacífica dos conflitos.

Sobre a questão da Gronelândia, que tem ocupado o espaço político nas últimas semanas, importa salientar que não serão equívocos ou más interpretações circunstanciais que irão alterar o futuro deste território europeu, vital tanto para a segurança dos Estados Unidos como da Europa. A própria Primeira-Ministra dinamarquesa reconheceu que, apesar de momentos difíceis, o seu país está a emergir graças à ajuda de bons amigos e fortes aliados europeus.

O Secretário-Geral da NATO esclareceu que a soberania dinamarquesa não foi posta em causa, mas sim a necessidade comum de proteger esta vasta região onde potências adversárias estão cada vez mais ativas.

Os equívocos são para ser ultrapassados com diálogo, cooperação e, sobretudo, diplomacia construtiva.

Permitam-me concluir com uma palavra de reconhecimento e orgulho pelas nossas forças nacionais destacadas. Neste momento, 656 militares portugueses servem em quatro continentes, participando em 15 missões, sob as bandeiras da NATO, da União Europeia e das Nações Unidas. Do Kosovo à República Centro-Africana, de Moçambique à Roménia e Lituânia, da Somália ao Iraque, os nossos soldados, marinheiros e aviadores honram Portugal com profissionalismo, dedicação e coragem.

Essas mulheres e homens são o rosto de Portugal, são o testemunho vivo do nosso compromisso com a segurança, a defesa e a paz mundial. A eles o nosso reconhecimento e a nossa gratidão.

Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, o momento que vivemos exige visão estratégica, capacidade de decisão e coragem para aproveitar as oportunidades que se apresentam. O programa SAFE, os investimentos em defesa e o reforço da nossa base tecnológica e industrial constituem uma janela de oportunidade que não podemos desperdiçar.

Transformemos a despesa em investimento, envolvamos a indústria nacional desde o primeiro momento, garantamos que os recursos públicos geram retorno tecnológico, económico e social para o nosso País. Façamo-lo no quadro das nossas alianças, com a NATO como pilar insubstituível, com a União Europeia como parceira estratégica e com a consciência de que a segurança de Portugal se constrói em conjunto com os nossos aliados.

O futuro da defesa portuguesa decide-se agora. Estejamos à altura deste desafio.

Aplausos do CH.

O Sr. **Presidente** (Marcos Perestrello): — O Sr. Deputado Pedro Pessanha tem três pedidos de esclarecimento e informou a Mesa de que pretende responder um a um.

Sr. Deputado João Almeida, tem a palavra, para pedir esclarecimentos.

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pessanha, queria cumprimentá-lo pela intervenção que fez e, naturalmente, sendo V. Ex.^a Presidente da Comissão de Defesa Nacional, pela importância de ter trazido este tema e de o ter abordado desta forma responsável.

Nós estamos alinhados relativamente à política de alianças e isso, felizmente, tem um consenso grande neste Parlamento, mas não é um consenso total e, portanto, é relevante que fique claro quem é que está de cada lado. O facto de o Sr. Deputado ter reforçado a importância da pertença de Portugal à NATO, ao mesmo tempo que temos um investimento na política de defesa europeia, é relevantíssimo até para o esclarecimento da opinião pública e para sabermos todos aquilo de que estamos a falar.

Queria colocar-lhe uma questão relativamente ao reequipamento das Forças Armadas e ao desenho do programa SAFE, porque ele foi uma oportunidade extraordinária que apareceu e, em vez de trabalharmos todos para aproveitarmos esta oportunidade estratégica para o País, houve logo quem quisesse desperdiçar mais uma oportunidade com chicana política.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Isso!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Sr. Deputado João Torres, isso é que foi, sim, com chicana política nacional, quando nos devíamos unir naquilo que é estratégico e mais importante para o País.

O Sr. **Paulo Nuncio** (CDS-PP): — Claro!

O Sr. **João Pinho de Almeida** (CDS-PP): — Não temos de concordar todos em tudo, mas podemos concordar no método. Portanto, a pergunta que lhe faço, Sr. Deputado Pedro Pessanha, é a de saber se o que faz sentido relativamente a este reequipamento não é, em primeiro lugar, serem os ramos das Forças Armadas a identificar as suas necessidades e as capacidades que, do ponto de vista operacional, entendem que Portugal deve ter, no âmbito dessa cooperação que temos com os sistemas de forças NATO e também União Europeia; e se, depois da definição dessas capacidades, devemos trabalhar — com a academia, mas sobretudo com as

empresas nacionais — não só no sentido de adquirirmos tecnologia nacional, mas também de conseguirmos que, quando os outros vão adquirir tecnologia, comprem aquilo que nós produzimos.

Pergunto se é nesta dupla visão, de aproveitarmos o que a indústria nacional faz e conseguirmos capacitar essa indústria para vender aos nossos parceiros, que devemos investir.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr. Presidente, Sr. Deputado João Almeida, não poderia estar mais de acordo...

Entretanto, assumiu a presidência a Vice-Presidente Teresa Morais.

A Sr.^a **Presidente**: — Sr. Deputado, peço-lhe desculpa, mas tem de aguardar que lhe deem a palavra para responder. Está bem, Sr. Deputado Pedro Pessanha?

Faça favor.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Obrigado, Sr.^a Presidente.

Sr. Deputado João Almeida, não poderia estar mais de acordo consigo. Aliás, este tema já tem sido abordado várias vezes em sede de Comissão de Defesa, como o Sr. Deputado sabe, e bem. Vamos ter oportunidade de ouvir, no próximo mês, todos os chefes militares, e, portanto, estou bastante curioso e até bastante expectante sobre o que os nossos chefes militares nos vão dizer.

Obviamente, só depois de ouvir os nossos chefes militares, e em concordância com o que eles vão dizer, é que esta Assembleia da República, que tem o poder de escrutinar e questionar quem de direito, poderá deliberar se os investimentos estão a ser feitos de forma correta ou não.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Tem agora a palavra, para um pedido de esclarecimento, o Sr. Deputado Bruno Vitorino, do Grupo Parlamentar do PSD. Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — Sr.^a Presidente, Sr.^{as} e Srs. Deputados, Sr. Deputado Pedro Pessanha, cumprimento-o e felicito-o por ter trazido este tema à Assembleia da República.

De facto, num mundo de ameaças, de incertezas, de guerra, acho que é importante este órgão de soberania poder refletir em Plenário sobre as matérias que têm a ver com a nossa defesa e segurança coletiva. Portanto, fez bem em trazer aqui o tema.

Há uma nota prévia que não queria deixar de dar. Estamos, neste momento, numa catástrofe em Portugal e há alguém, um conjunto de pessoas, de homens e de mulheres que nunca são citados, mas estão sempre presentes, que são as Forças Armadas.

O Sr. **Bruno Ventura** (PSD): — Muito bem!

O Sr. **Bruno Vitorino** (PSD): — A juntar ao agradecimento que foi feito já por esta Casa a todos os outros, queria-o juntar a todos os homens e mulheres das Forças Armadas que ajudam no restabelecimento das vias de comunicação, que ajudam as populações, estão próximos das populações.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

Há um ano e meio, Sr. Deputado, começámos a inverter o ciclo de desinvestimento, diria mesmo de esquecimento, das nossas Forças Armadas, num investimento que era preciso fazer na defesa nacional. Começámos primeiro pelas pessoas, começámos pela valorização das pessoas e e tivemos, no ano passado, a maior valorização salarial dos efetivos das Forças Armadas de que há memória em Portugal. Não foi só em termos de salários e de suplementos de condição militar, foram também os suplementos de habitação, de embarque e da Força Aérea. Portanto, percebemos o momento que atravessamos e estamos a cumprir.

Investimos também em equipamentos e, por isso, temos o maior investimento de sempre nos equipamentos. Está em curso a maior modernização dos equipamentos das Forças Armadas de que há memória. E, sim, temos em consideração que é necessária essa interligação à indústria nacional. Para quê? Para que este investimento possa ser reprodutivo, para que se possa também aqui fixar empresas, criar postos de trabalho e provar que, também na defesa nacional, é possível fixar riqueza em Portugal.

Estamos, Sr.^a Presidente, a cumprir, percebemos bem o momento que atravessamos, vamos continuar a cumprir.

Aplausos do PSD e do CDS-PP.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr.^a Presidente,...

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Faça favor, Sr. Deputado.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr.^a Presidente, muito obrigado ao Sr. Deputado Bruno Vitorino, queria associar-me, obviamente, às suas palavras, não esquecer que as nossas mulheres e homens das Forças Armadas, como já o foi no passado, ajudaram bastante as populações, quer nos Açores, quer na Madeira, quando tivemos as calamidades que todos conhecemos. Portanto, é nestas alturas que, mais uma vez, temos que reconhecer o trabalho que é feito por estes homens e mulheres das nossas Forças Armadas. E quanto ao resto, estou perfeitamente de acordo com aquilo que o Sr. Deputado disse, nomeadamente em reforçar as carreiras e o aumento salarial.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para um pedido de esclarecimento, tem a palavra o Sr. Deputado Frederico Francisco, do Grupo Parlamentar do Partido Socialista. Faça favor.

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Sr.^a Presidente, queria, em primeiro lugar, agradecer ao Sr. Deputado Pedro Pessanha por ter restaurado um certo tom de seriedade neste debate.

Confesso que ao longo de uma tarde tão longa, às vezes, é difícil levar tudo o que aqui é dito a sério.

O Sr. **Pedro Pinto** (CH): — Estás pouco habituado, estás cá há pouco tempo...

O Sr. **Frederico Francisco** (PS): — Mas a defesa nacional, sendo um tema de soberania, é, de facto, um tema em que, e bem, sempre tem havido amplos consensos nesta Câmara entre os principais partidos, entre os partidos com maior representação, e isso torna-se especialmente importante num período em que está a ser posta em causa a ordem internacional baseada em leis, com muitos agentes a tentar substituí-la por uma ordem internacional baseada na força.

É um movimento que não começou agora, mas que se está agora a acentuar e que, por isso mesmo, levou a que muitos países, em particular na Europa — e Portugal seguiu também esse movimento —, iniciassem um reequipamento e um rearmamento das Forças Armadas.

Isso começou antes do programa SAFE — já foi aqui mencionado o programa dos KC-390, ainda hoje o Sr. Ministro da Defesa esteve na Turquia a assistir ao assentamento da quilha do primeiro de dois navios reabastecedores; poderia falar dos seis navios de patrulha oceânicos cuja aquisição foi programada, poderia falar do programa dos Super Tucano, muitos programas de aquisição de equipamento que vêm de trás e que são, naturalmente, complementados com os programas de investimento dos recursos humanos que foram implementados agora por este Governo.

Isto para dizer — e para fugir aqui à politiquice, à chicana política — que não temos dificuldade em reconhecer o que os Governos da AD introduziram e que não tinha sido feito antes, mas acho que deve também ser reconhecido aquilo que vinha de trás.

Por isso, pergunto ao Sr. Deputado, e também indo ao encontro do tom que o Sr. Deputado usou, se, na sua opinião, continua e continuará a haver condições para que a política de defesa, sendo uma política de soberania, continue a ser feita na base de amplos consensos nesta Câmara.

Aplausos do PS.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Para responder, tem a palavra o Sr. Deputado Pedro Pessanha.

O Sr. **Pedro Pessanha** (CH): — Sr.^a Presidente, Sr. Deputado Frederico Francisco, bem, se, no futuro, haverá consenso ou não em termos de defesa, cabe aos grupos parlamentares responder a essa pergunta e não a mim.

Espero que num tema desta responsabilidade, como é o da defesa nacional, daqui em diante haja um consenso alargado em volta desta matéria. Sabemos que nesta Câmara existem, obviamente, partidos que não estão alinhados com a maioria daquela que é a opinião congregadora das nossas visões em termos de defesa, mas quero acreditar que, de futuro, Portugal e os grupos parlamentares e todos os partidos tenham, enfim, a responsabilidade e o bom senso de ver que a defesa nacional é para continuar, porque sabemos que, até 2035, está previsto um aumento ainda maior do que aquele que já foi feito neste momento, e esperamos, todos nós, que Portugal continue, sobretudo, a apoiar tudo o que seja investimentos em termos de defesa.

Aplausos do CH.

A Sr.^a **Presidente** (Teresa Morais): — Estão terminados, por hoje, os nossos trabalhos.

Queria lembrar às Sr.^{as} e aos Srs. Deputados que os nossos trabalhos, amanhã, iniciar-se-ão às 9 horas e que a ordem do dia é constituída por cinco pontos, além das votações, tal como se encontra publicitado e disponível nos suportes institucionais da Assembleia da República.

Muito obrigada, Sr.^{as} e Srs. Deputados.

Até amanhã.

Eram 18 horas e 42 minutos.

Presenças e faltas dos Deputados à reunião plenária.

A DIVISÃO DE REDAÇÃO.